

DEPARTAMENTO DE LETRAS
Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*
(Especialização)

**Curso de Formação de Professores de Português para
Estrangeiros**

As Armadilhas na Escolha das Formas de Tratamento
e dos Vocativos no Português Brasileiro: um estudo
sócio-interacional sob a perspectiva do
interculturalismo em PL2E

Aluno: Rosane Mavignier Guedes

Orientador: Professor Doutor Ricardo Borges Alencar



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Rosane Mavignier Guedes

**As Armadilhas na Escolha das Formas de Tratamento
e dos Vocativos no Português Brasileiro:
um estudo sócio-interacional sob a perspectiva
do interculturalismo em PL2E**

**Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da PUC-Rio como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Letras.**

Orientador: Professor Doutor Ricardo Borges Alencar

**Rio de Janeiro
Dezembro de 2015**



RESUMO

Este trabalho tem o intuito de mostrar que o uso da língua como ferramenta de comunicação é traçado pela cultura subjetiva. Esta, aliada ao conhecimento da língua em sua função pragmática, deve ser o foco do estudo intercultural, no qual se inscreve o ensino/ aprendizagem de PL2E. Para tanto, estudaremos as formas de tratamento e os vocativos usados com registros diferentes, embora em um mesmo contexto situacional, servindo-nos, como material de análise, de extratos das falas do personagem Coronel Nascimento no filme *Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro*, tendo como fundamento teórico o conceito de sociedade de DaMatta, de interacionismo de Goffman, de contexto de Koch, de atos de fala de Fiorin e de ensino em PL2E de Meyer. Assim, buscamos mostrar que o uso adequado da língua, mesmo que esteja de acordo com a língua normativa, se não estiver de acordo com o contexto sociocultural não terá sucesso, pois não produzirá o efeito desejado pelos interlocutores, isso é determinante na imersão sociolinguística do aluno estrangeiro.

Palavras-chave: Contexto, Lógica, (Inter)Cultural, Atos de Fala, PL2E.

ABSTRACT

This work aims to show that the use of language as a communication tool is outlined by subjective culture. This, coupled with the knowledge of the language in its pragmatic function, should be the focus of intercultural study, which forms part of the teaching / learning PL2E. To this end, we will study the forms of treatment and vocatives used with different records, while at the same situational context, serving us, as analysis material, extracts from speeches of the character Colonel Nascimento in the film *Elite Squad 2: The Enemy now is another*, with the theoretical foundation of the concept Da Matta society, of interactionism Goffman, of context Koch, of acts of speech Fiorin and teaching in PL2E Meyer. Thus, we seek to show that the appropriate use of language, even if it is in accordance with the normative language, if not in accordance with the socio-cultural context will not succeed because it does not produce the desired effect by the parties, this is very important in immersion situation cultural and linguistic-of-foreign-student.

Keywords: Context, Logic, (Inter) Cultural, Speech Acts, PL2E.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but de démontrer que l'usage de la langue, en tant qu'outil de communication, est structuré sur la culture subjective. Celle-ci, associée aux connaissances de langue dans sa fonction pragmatique, doit être la cible des études interculturelles, dans lesquelles s'inscrit l'enseignement/ apprentissage de PL2E. Dans ce sens, nous allons étudier les pronoms personnels, les titres et les vocatifs utilisés dans de registres différents, malgré le même contexte situationnel, à partir d'un corpus composé d'extraits des paroles du personnage colonel Nascimento dans le film *Troupe d'Elite 2 : l'ennemi intérieur*, sous l'approche théorique du concept de société de Da Matta, de l'interactionnisme de Goffman, de contexte de Koch, des actes de parole de Fiorin et de l'enseignement dans PL2E de Meyer. Ainsi, nous prétendons montrer que l'usage approprié de la langue, même si elle est en conformité avec la langue normative, sinon en conformité avec le contexte socioculturel, la communication ne réussira pas, car elle ne produira pas le succès prévu par les interlocuteurs, cela est déterminant dans l'immersion sociolinguistique de l'élève étranger.

Mots-clés : Contexte, Logique, (Inter)culturel, Actes de Parole, PL2E.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	07
1.1 Revisão de Literatura.....	12
2. Fundamentação Teórica.....	15
2.1 O que é Cultura?.....	16
2.1.1 A cada cultura, uma lógica. A cada língua, uma lógica.....	20
2.1.2 O Outro e o Eu: Estereótipos.....	21
2.1.3 As sociedades de alto e baixo contexto.....	22
2.1.4 O valor da cordialidade e da polidez.....	25
2.1.5 Os recursos não linguísticos e linguísticos na interação face a face.....	27
2.2 Contexto.....	31
2.2.1 Os Atos de Fala no cruzamento interacional.....	33
2.2.2 Formas de tratamento e de vocativos em sua funcionalidade.....	37
3. Metodologia.....	43
4. Análise de Dados e sua Aplicabilidade no Ensino de PL2E.....	45
4.1 Contextualização do material de análise.....	45
4.2 Análise de dados.....	45
5. Conclusão.....	55
6. Bibliografia.....	57
7. Anexo 1: Corpus.....	60

**“O saber não basta, temos de aplicar.
A vontade não basta, temos de agir.”
(Goethe)**

**“[...] e como explicar ao aluno que tudo
é possível, só depende do contexto”
(Meyer)**

1.

Introdução

“A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes, usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas” (Benedict, 1972)

A vida em sociedade depende estritamente da interação comunicacional entre os elementos que a compõem, indivíduos concidadãos ou não; seja no contato entre membros de um mesmo grupo social ou de grupos sociais diferentes, é pela comunicação verbal e/ou não verbal, e até mesmo gestual, que a interação se dá, o que acaba por se tornar um código de comunicação entre os sujeitos que compartilham os mesmos grupos sociais.

Entender o homem como ser social constitui-se em visão amplamente aceita que se encontra também nas bases teóricas que definem a linguagem. Enquanto ser social, o homem se relaciona com os demais seres, valendo-se da língua e das suas características multifacetadas. Trata-se de uma relação complexa, vivenciada por um ser complexo que tem a linguagem como uma de suas características constitutivas. Aprender uma língua, portanto, não se restringe a dominar somente as suas características estruturais.¹

Por esse panorama, fica nítido que a comunicação interacional ultrapassa as fronteiras materiais e imateriais dos grupos sociais. No cruzamento das fronteiras inscreve-se a relação com o Outro², o estrangeiro, no sentido próprio e figurado da palavra. Entende-se que o sucesso da interação com o estrangeiro depende do conhecimento dos códigos linguísticos no qual o outro grupo social se comunica. Entretanto, como disse o Professor Alexandre Ribeiro (op. cit.), a relação com o Outro não se restringe ao conhecimento da estrutura da língua de aprendizado, é preciso contextualizar. E quando falamos em contexto, falamos em cultura, definida por Tylor, em 1871, (apud LARAIA, 2014, p.28) *como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética*, ideia esta complementada por Laraia (op. cit. p.48): “A cultura determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações”. Entendemos que a cultura engloba a história, a geografia, a lógica de um grupo social, podendo ser de uma família, de uma nação, de uma região, de uma instituição, de um grupo étnico, de práticas sociais ou profissionais; enfim, esteja

¹ Ribeiro, IN: MEYER; ALBUQUERQUE, (Org.), 2015.

² Utilizamos a letra maiúscula na palavra *outro* sempre que ela fizer referência a outro grupo social/ cultural, equivalente a *alter*, com o objetivo de criar uma distinção de seu sentido próprio: a indefinição.

em que patamar estiver, tem-se uma situação de comunicação que representa seu contexto, tendo em comum o conhecimento compartilhado. É preciso uma imersão na lógica da língua e da cultura do Outro para poder interagir, comunicar, pois, como sabemos, falar nem sempre é comunicar, para comunicar tem de interagir, e para interagir tem de conhecer o Outro.

Neste ambiente, regido por códigos de conduta explícitos e implícitos, as línguas têm em seus sistemas as formas de tratamento e os vocativos como elementos linguísticos, os quais funcionam na condição de ferramentas do processo comunicativo, articulando a construção da imagem, da face, do locutor e do interlocutor, e as imagens que cada um constrói de si para o outro e do outro para si. Ocorre que, neste jogo de imagens, as formas de tratamento e os vocativos escolhidos estão intimamente atrelados à cultura dos falantes e a todo o contexto da situação de comunicação. O encontro, o contato de culturas pode ser tanto um campo frutífero como um campo minado, pois, neste momento, vêm à tona padrões e valores arraigados em cada cultura, manifestados na cultura objetiva, explícita, e na cultura subjetiva, implícita, fundadores de estereótipos construídos sobre o desconhecimento ou o mal conhecimento do Outro, como nos explica Goffman (2014, p.13)

[...] se o indivíduo lhes for desconhecido, os observadores podem obter, a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplicar-lhes estereótipos não comprovados.

Tais estereótipos podem ser confirmados, desconstruídos ou redirecionados, ou seja, explicados pelo seu contexto, uma vez que cada cultura tem a sua lógica. Lógica esta, que também explica os valores do Outro, demolindo as barreiras do etnocentrismo.

Quando pensamos na relação intercultural no cenário do ensino de português para estrangeiros, lembramo-nos dos ensinamentos de Meyer (2013): “As formas de tratamento constituem padrões muito complexos de interação social”. Eis então a relevância do estudo sobre as formas de tratamento e os vocativos num contexto de ensino/ aprendizagem em PL2E.

A escolha da forma de tratamento adequada, a partir do contexto de uso, é sempre uma armadilha, pois a situação em que cada uma das formas deve ser

usada pode não ser explícita para o falante não nativo. Aliás, muitas vezes ela não é clara mesmo para o falante nativo e com domínio de sua língua e das normas sociais de sua cultura. Paralelamente, e podendo se confundir com as formas de tratamento, temos os vocativos. Ambos têm a mesma força construtora ou destruidora das *condições de sucesso* de uma situação de comunicação, agindo não apenas sobre a imagem/ face dos interlocutores, como também, em decorrência desta, de conceitos de polidez e de cordialidade, o que, conseqüentemente, leva a julgamentos estereotipados. O uso não apropriado desencadeia o fracasso da comunicação, impedindo ou dificultando a interação, podendo, inclusive, criar um estereótipo negativo na direção contrária, do nativo com relação ao estrangeiro. Todo esse panorama favorece a quebra de uma imagem duramente construída – a face.

O conceito de *condição de sucesso e de fracasso* do qual nos serviremos, baseia-se nos ensinamentos de José Luiz Fiorin (2007, p.170-186) sobre a teoria dos Atos de Fala de Austin (Austin apud FIORIN, op. cit.), uma das vertentes da Linguística Pragmática. Por esse conceito, compreende-se o resultado de uma ação motivada por um ato de fala performativo, cujo enunciado tenha sido elaborado para produzir efeito, isto é, para que a ação correspondente ao enunciado performativo seja de fato realizada; assim, ela terá condição de sucesso; caso contrário, de fracasso. Vale ressaltar que a terminologia que utilizamos é de autoria de José Luiz Fiorin³, este, por sua vez, as criou a partir da terminologia de Austin – condições de felicidade (mais ou menos felizes) –, justificando a adaptação por considerar que a tradução literal em português não é uma boa denominação, levando a uma compreensão inapropriada.

No que concerne aos conceitos de polidez e de cordialidade, encontramos em Holanda (2014) tais juízos inscritos em sua teoria da sociedade, a qual está dividida em dois campos: Estado e família. Esta distinção permeia todo o comportamento lógico, *expressão legítima de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante* que traça a personalidade de determinado grupo social. Dessa forma, explica o sociólogo que o “*homem cordial*” representa a vida em sociedade, enquanto que a polidez é, de algum modo, a organização de defesa

³ Na Teoria dos Atos de Fala de Austin e Searle, encontramos a expressão “condições de felicidade” para expressar a efetividade de um ato de fala. Entretanto, essa expressão é substituída por “condições de sucesso” em oposição a “condições de fracasso” pelo linguista Luiz Fiorin.

ante a sociedade. Ao analisar a lógica da sociedade brasileira, do indivíduo brasileiro e, talvez, do Estado brasileiro, o sociólogo vê como lógica comportamental os traços da cordialidade, e cita: “Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’” (HOLANDA, 2014, p. 176). Essa observação faz uma oposição ao comportamento de polidez, quando explica que *nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. A atitude polida consiste precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial”*. A partir da concepção de Holanda, procuraremos desenhar a personalidade do brasileiro com o intuito de compreender o mapeamento e divisão da sociedade de DaMatta, para quem a sociedade se divide em dois campos bem definidos: Casa e Rua, e um campo intermediário: Trabalho, onde as relações pessoais e profissionais se misturam. Sobre esse conceito de sociedade estruturaremos nossa análise, visando inserir o aprendiz de PL2E na lógica do comportamento social do brasileiro, com a finalidade de prepará-los para o convívio social sem armadilhas, pois o ensino de PL2E deve levar em conta que tão, ou mais, importante do que ensinar a língua é ensinar a cultura. Por essa lógica, a operação mental que elabora a escolha apropriada das formas de tratamento e dos vocativos leva em conta os elementos discursivo-pragmáticos construtores da face, enquadrados nos critérios de “polidez” estabelecidos em cada grupo social, que, por sua vez, norteiam seus atos preferidos segundo os valores culturais de uma dada sociedade. Sendo assim, eles devem ser utilizados de maneira adequada no estabelecimento do contato interacional. Eis por que o tema deste trabalho de pesquisa consiste em examinar o uso adequado, segundo cada contexto e em diversos registros, das formas de tratamento e dos vocativos praticadas no português brasileiro carioca, com vistas ao ensino/aprendizagem funcional em PL2E.

Considerando que abordaremos a língua portuguesa do Brasil praticada no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente, do município do Rio de Janeiro, percebida como aquela que, supostamente⁴, detém o status de culturalmente mais prestigiada, tomaremos como corpus de análise uma produção cinematográfica de

⁴ SANTOS. Angela Marina Bravin dos. **A Suposta Supremacia da Fala Carioca: uma questão de norma**. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno12-07.html>.

grande repercussão internacional, cujos diálogos se apresentam em vários registros, e em alguns momentos têm a marca da língua padrão brasileira; em outros, da língua falada na região citada – a língua do carioca. Por esse ângulo, percebemos que se problemas de diferenças linguísticas atingem seus nativos, então é possível calcular as dificuldades encontradas pelos aprendizes de PL2E para a aquisição de uma identidade de falante de português ou, particularmente, do português carioca.

Partindo da premissa de que o uso inadequado dos pronomes de tratamento e dos vocativos pode atuar como empecilho na comunicação interacional entre o aprendiz de PL2E em convivência com a língua portuguesa e a cultura brasileira, buscaremos confirmar a tese de que os empecilhos podem ser eliminados a partir de um processo de “contextualização”, que abordaremos a partir dos ensinamentos de Ingedore Koch (2009, 2013), sem essa visão, não é possível que o aluno construa uma identidade social como falante de português brasileiro carioca com o propósito da efetividade da comunicação interacional.

Para tanto, este trabalho tem por objetivo geral estudar, sem esgotar, as formas de tratamento e os vocativos usados na comunicação interacional, escrita e oral, entre os falantes nativos da língua portuguesa brasileira carioca/ fluminense, no corpus aqui apresentado. Procuraremos, sob a luz da teoria da Sociolinguística Interacional de Goffman (2012), abordar a subjetividade implícita e explícita presentes no comportamento face a face deste grupo social - considerando o contexto da situação de comunicação. E por objetivo específico apontar, o que poderá vir a ser desenvolvido posteriormente a partir dos insumos aqui apresentados – e ser aplicado no ensino/ aprendizagem de PL2E com a finalidade de desenvolver no aluno estrangeiro a habilidade de interagir culturalmente por um processo de contextualização, compreendendo a lógica da cultura e da língua da sociedade brasileira do estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, a organização deste trabalho terá um plano teórico e um plano prático. No primeiro, teremos a exposição teórica dos dois eixos da lógica que sustenta nossa busca; primeiramente, o entendimento do que é cultura e de sua consistência, partindo da teoria de DaMatta (2001); em segundo, versaremos sobre o contexto e suas implicações: a língua e a subjetividade dos interlocutores. No segundo plano, contextualizaremos a teoria, analisando sob a perspectiva de Meyer (2005) do PL2E.

Dessa forma, o nosso trabalho fica composto de cinco capítulos. Após essa introdução, ao final da exposição da Revisão de Literatura, veremos no capítulo dois, a Fundamentação Teórica, seguida da exposição da metodologia adotada, e, após, da Análise de Dados, finalizando, no quinto capítulo com a conclusão.

Esclarecemos que, com o objetivo de uniformizar os recursos a serem utilizados para destacar determinados conteúdos do texto, o negrito foi destinado a expressões que consideramos importante destacar, em razão de sua importância na compreensão geral, o itálico ficou destinado à reprodução de palavras de fontes citadas em discurso indireto; por fim, as aspas são utilizadas na reprodução das palavras de outrem em discurso direto.

1.1

Revisão de Literatura

O estudo das formas de tratamento e dos vocativos numa perspectiva de PL2E já foi abordado anteriormente em trabalhos acadêmicos e em obras editoriais. Entretanto, além de tais trabalhos terem sido desenvolvidos com objetivos bem diversos, notamos que eles diferem entre si em um aspecto ou outro.

Assim, encontramos no trabalho de Jane dos Santos⁵ o tema sobre os pronomes e as formas de tratamento com foco na capacidade aquisitiva da parte dos alunos estrangeiros, traçando uma linha que liga a aquisição linguística à aquisição cultural. A autora constata que, num processo de imersão linguística e cultural, ambas acontecem simultaneamente, o que propicia a interação comunicativa entre o estrangeiro e o nativo brasileiro, sobretudo em razão da motivação interativa encontrada em grande parte dos alunos estrangeiros, o que se observa a partir do enfoque do interculturalismo. A pesquisadora, ao se deter na análise do par de pronomes “tu/ você”, também teve a intenção de colaborar com os estudos e as metodologias adotadas em sala de aula a partir das observações sobre o potencial de aquisição de língua e cultura alvo (PL2E), segundo a motivação e a atitude padrão entre os alunos. Em outro trabalho, Vanessa Freitas

⁵ Jane D. dos Santos. *Os pronomes/ formas de tratamento no português e a cultura brasileira: aquisição de segunda língua e aquisição de segunda cultura*. Tese de Doutorado. Orientação de MEYER, R. M. de B. PUC-Rio, Rio de Janeiro: 2008.

da Silva⁶ abordou a complexidade das formas de tratamento no português do Brasil. Limitando-se a segunda pessoa, a autora buscou, concomitantemente, descobrir a forma de negociação que, possivelmente, se realiza na interação comunicativa entre falantes nativos da língua portuguesa do Brasil, usando como suporte teórico os conceitos advindos da Sociolinguística Interacional, da Antropologia Cultural e do Interculturalismo. Embora a autora se tenha servido dos estudos teóricos de fundamento sociocultural, seu trabalho, diferentemente do nosso, centrou-se no sistema linguístico dicotômico formal/informal, em seu uso na segunda pessoa.

Da mesma forma que o trabalho anterior, Arnalfo Ramos de Souza⁷ desenvolveu sua pesquisa sobre os pronomes e formas de tratamento num contexto de língua primeira e de língua segunda, considerando os parâmetros fornecidos pela cultura linguística carioca, na qual os usos padronizado e livre estão condicionados pela semântica da familiaridade e pela semântica do poder dos referidos pronomes e formas de tratamento. Sendo assim, o autor baseia-se nos preceitos da análise da comunicação, analisando as diferenças que existem em relação às regras da língua normativa, estudo desenvolvido à luz da sociolinguística.

Quanto aos vocativos, que compõem junto com as formas de tratamento o mote de nossa pesquisa, observamos no trabalho de doutorado de Debora Carvalho Capella⁸ que sua pesquisa, também sobre os vocativos, limita-se à linguagem informal. Ao extrair tais elementos linguísticos, observa o contexto de uso para poder aplicar no ensino do português como segunda língua. Para tanto, a autora conta com suporte teórico da Pragmática e dos conceitos de Interculturalidade.

Paralelamente aos trabalhos acadêmicos sobre o assunto, contamos com o valioso suporte dos artigos publicados em revistas do gênero, tendo como fonte de inspiração para este trabalho o artigo de autoria da Professora Rosa Marina de B.

⁶ Vanessa Freitas da Silva. *O senhor/a senhora ou você? : a complexidade do sistema de tratamento no português do Brasil*. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2010 http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16147/16147_1.PDF

⁷ Arnalfo Ramos de Souza. *Os pronomes e formas de tratamento no português carioca como L1 e L2*. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 1996.

⁸ Debora Carvalho Capella. *Um estudo descritivo do vocativo em linguagem oral para Português L2*. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2009.

Meyer⁹. O citado artigo aborda o “sistema tríplice de tratamento que caracteriza a identidade linguístico-cultural do brasileiro”, fazendo considerações sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos de PL2E com relação à diversidade pronominal na língua portuguesa do Brasil. Para este fim, a autora serve-se de conceitos da teoria dos Atos de Fala e dos processos de polidez. E alerta para o fato de que *se faz necessária a produção de textos que tratem das questões pragmático-discursivas, culturais e interculturais do português do Brasil*.

Por último, citamos a obra *Português para estrangeiros: questões interculturais*, sob a organização das Professoras Rosa Marina de Brito Meyer e Adriana Albuquerque (2013). Nessa obra, contamos com as participações, da própria professora Rosa Marina Meyer e do Professor Ricardo B. Alencar que, em seu texto de apresentação, explica que o trabalho da professora explana sobre as diversas linhas de pesquisa do interculturalismo para explicar, no contexto do ensino/ aprendizagem em PL2E, os estereótipos de brasilidade na construção da identidade dos alunos, enquanto falantes do português brasileiro.

Pelo exposto, concluímos que em todos os trabalhos acima citados há um eixo em comum, trata-se do interculturalismo. Este tema vem expandindo-se por todas as áreas de conhecimento e pesquisa dentro das ciências humanas, devido a seu poder de explicar os encontros e os desencontros que se realizam nas relações sócio-interacionais entre os diversos povos e nações. Eis por que nosso trabalho se inscreve nesse eixo, expandindo-se pela teoria dos Atos de Fala e abrangendo os conceitos que explicam a situação sócio-interacional em registros diferentes, os quais correspondem ao contexto da situação de comunicação na qual estão inseridos.

⁹ Rosa Marina de Brito Meyer. *Should I call you a Senhora, Você ou Tu? – Dificuldades Interacionais de Falantes de Inglês Aprendizes do Português do Brasil*. In: PaLavra, nº13, Departamento de Letras PUC-Rio, 2005, p.79-87. 2005.

2. Fundamentação Teórica

A base teórica sobre a qual nosso trabalho será realizado consta da linguística pragmática, da sociolinguística interacional e intercultural, explicado pelos estudos da antropologia social com foco na cultura linguística do carioca. Este estudo serve-se dos conceitos de Erving Goffman (2012; 2014), que ao estudar o “ritual de interação” traz à tona comportamentos que revelam o Eu social, o sentimento de “etnocentrismo”, no qual estão inscritas as ideias preconcebidas do Outro: os estereótipos positivos e negativos, em que o jogo da “polidez” sustenta a necessidade da “interculturalidade” diante da relação face a face.

Para melhor compreender o conceito de cultura, é preciso um mergulho nas ciências antropológicas. Por essa razão, contamos com a antropologia social de Roberto DaMatta (2001), de Ruth Benedict (2013) e de Roque Laraia (1986), para quem *as culturas são sistemas, padrões de comportamento socialmente transmitidos*. No entanto, Benedict afirma que *todos os padrões de comportamento são relativos*. Quando pensamos em relatividade, pensamos em interculturalismo, que pode se encontrar dentro do mesmo grupo ou no contato com grupos diferentes. Neste palco, para estabelecer a comunicação interacional, os “atos de fala” (FIORIN, 2005) desempenham papel preponderante, pois eles serão as ferramentas com as quais os interlocutores articularão a troca verbal, obedecendo às normas impostas pelo contexto da situação de comunicação.

Dessa forma, neste trabalho também abordaremos o tema pelo prisma da “linguística pragmática”, *frequentemente definida como a ciência do contexto*¹⁰; mais especificamente, em sua vertente situacional”, na qual

o contexto situacional coincide com o ambiente cultural do discurso. Enquanto ele define os critérios de validade (qual tipo de expressão, considerada como ‘normal’ em uma cultura, mostra-se ‘anormal’ em outra), ele opera como uma matriz de gêneros em função das práticas que determina¹¹.

Resumindo, começamos nosso estudo sobre o tema a partir das publicações acadêmicas: *Should I call you a Senhora, Você ou Tu? Dificuldades*

¹⁰PAVEAU & SARFATI. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. 2006, P. 217.

¹¹Op. cit. p. 218.

Interacionais de Falantes de Inglês Aprendizizes do Português do Brasil (MEYER, 2005), *Cultura brasileira e língua portuguesa: do estereótipo à realidade* (MEYER, 2002) e *Para o bem ou para o mal: a construção de identidade pelo falante de PL2E a partir de estereótipos de brasilidade: uma questão intercultural* (MEYER, 2013). Os tópicos abordados nos artigos citados serão aprofundados pelo viés da Antropologia por meio do conceito de DaMatta (2001) ao dividir o campo social entre Casa, Rua e Trabalho; da conceituação que Laraia (1986) faz de Cultura, complementada com a luz dada pelos estudos de Ruth Benedict (2013), ao mostrar que cada cultura humana é definida por uma configuração peculiar de traços. Esta configuração é responsável pelo estabelecimento dos fatores que influenciam o comportamento e que formam a identidade do indivíduo em contato social, como verificamos em Goffman (2012, 2014).

Num segundo momento, analisaremos o enunciado e seus elementos linguísticos – formas de tratamento e vocativos – pela perspectiva da Teoria dos Atos de Fala de Austin e Searle explicada por Fiorin (FIORIN (Org), 2007). Em seguida, as observações a respeito da aplicação em PL2E serão direcionadas pelas reflexões publicadas na revista *Português para estrangeiros: Territórios e fronteiras. Entre a área de estudos e pesquisa e a prática profissional cotidiana* (MEYER; REBELO (Org.), 2008). A literatura acima apresentada será o eixo que sustentará a metodologia a ser aplicada.

2.1

O que é Cultura?

A construção da identidade cultural de qualquer grupo social está vinculada, entre outros fatores, mas de forma muito especial, ao uso da língua em interação desse grupo e às imagens sociais construídas verbal e não verbalmente. (Meyer, 2013)

A construção da identidade cultural dos grupos sociais está vinculada, entre outros fatores, ao uso da língua em interação em cada grupo, como nos ensina Meyer (2013). Temos como palavra-chave desta reflexão a *cultura*. Esta palavra é quase enigmática, pois possui um campo semântico tão amplo que permite uma certa diversidade de conceitos, os quais circulam, igualmente, pelo

domínio das Ciências Sociais – a Antropologia e a Sociologia. Assim, à luz dessas ciências, começamos pelo questionamento: O que é cultura?

Somos nutridos por uma ideia superficial de conceito de cultura; além de superficial, ela não é unânime, pois mesmo entre os sociólogos e antropólogos o conceito varia. Desse modo, encontramos em Laraia (2014) a consideração de que *a cultura é o berço no qual se organiza a personalidade de um sujeito e sua subjetividade, sua escala de valores, seus pesos e medidas*. Essa linha de pensamento, na qual todo o conhecimento é adquirido a partir da experiência, também chamado de *endoculturação*, vem de John Locke, filósofo humanista de origem inglesa, para quem todos os atos dependem inteiramente de um processo de aprendizado a partir da (con)vivência em sociedade, ou seja, o homem nasce uma *tabula rasa*.

A ideia de cultura estava ganhando consistência talvez mesmo antes de John Locke (1632-1704) que, em 1690, ao escrever *Ensaio acerca do entendimento humano*, procurou demonstrar que a mente humana não é mais do que uma caixa vazia por ocasião do nascimento, dotada apenas da capacidade ilimitada de obter conhecimento através de um processo que hoje chamamos de endoculturação. (LARAIA, 2014, p.25-26)

A endoculturação é um processo contínuo e ininterrupto de assimilação dos valores internos a um grupo social, como o prefixo indica, *endo* significa *interno, no interior de*. Eis por que Benedict (2013, p.13-14) explica que

nenhum ser humano olha para o mundo com olhos puros, mas o vê modificado por um determinado conjunto de costumes, instituições e maneiras de pensar. Mesmo em suas sondagens filosóficas, ele não pode ir além destes estereótipos; até seus conceitos do verdadeiro e do falso ainda terão como referência seus costumes tradicionais específicos.

Esta visão de realidade, em que a cultura limita e molda a percepção de mundo de um grupo social, no qual reina a noção particular de verdadeiro e falso/ de certo e errado/ de ético e antiético, fora percebida pelos sofistas, no século V a. C.. Para eles, os conceitos de verdadeiro e falso, de ética, de justo e injusto e de outros comportamentos morais, variavam segundo a imagem de moralidade de cada sociedade. Ela não tinha um valor absoluto, mas relativo. Há ainda outro fator determinante na construção dos valores morais de um grupo social, trata-se dos recursos proporcionados pela língua, isto é, sem um vocábulo que signifique um valor, não há como o valor ser materializado na expressão verbal; para que

haja um conceito de certo e errado, é preciso que haja recurso linguístico; senão, ele não será conhecido pelos sujeitos usuários daquela língua. Vem a ser a questão do significado e do significante saussuriano. Esse fator é determinante na construção da identidade cultural de um indivíduo ou de uma sociedade.

Desde o nascimento do indivíduo, os costumes da sociedade em que ele nasce moldam sua experiência e seu comportamento. Quando aprende a falar, ele é a pequena criatura de sua cultura, e quando se torna adulto e pode participar das atividades dela, os hábitos, as crenças e as impossibilidades dessa cultura são também dele. (BENEDICT, 2013, p.14)

Por esta afirmação verificamos que, o conceito de sujeito e de sua subjetividade não se limita ao sujeito-indivíduo, mas também ao sujeito-grupo social. Esta distinção está de acordo com a teoria de Holanda (2015, p.169), para quem o sujeito-grupo social é o Estado. Ele vê a sociedade, à parte da família, como o Estado. E defende *não existir, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição*. E continua explicando que *ninguém exprimiu com mais intensidade a oposição e mesmo a incompatibilidade fundamental entre os dois princípios do que Sófocles*. Da mesma forma, Rousseau, em pleno Século das Luzes, século XVIII, em sua clássica obra *Do Contrato Social* explica que a família é o primeiro modelo de sociedade, e que o contrato social é uma convenção livremente consentida e que consiste na passagem do homem indivíduo para a condição de homem civil, cidadão: “O homem deixa de ser livre enquanto homem, para ser livre enquanto cidadão” (ROUSSEAU, 2012, p.19, tradução nossa). Assim, entendemos que a ideia da divisão da sociedade em segmentos que determinam interesses e comportamentos, inclusive linguísticos, foi motivo de reflexões desde os Antigos. Neste rastro, DaMatta, reestrutura essa classificação: **homem civil** (Estado) é designado por **rua** e **homem indivíduo** é designado por **família**, criando um faixa intermediária: o **trabalho**, local onde as relações formais e informais se confundem, incluindo, nessa ordenação, o registro de língua a ser adotado, manifestado, neste trabalho, no uso apropriado das formas de tratamento e dos vocativos.

Assim, para DaMatta, a distinção começa por casa e rua, as quais ele define como *dois espaços sociais fundamentais que dividem a vida social brasileira: o mundo da casa e o mundo da rua* (1984, p.23), sendo a rua o lugar

do movimento enquanto que a casa é o lugar da tranquilidade, composto de pessoas com a mesma substância. Esta, reflete-se num conjunto de códigos implícitos ao grupo familiar, criando uma cultura própria. E como toda cultura tem sua lógica, cada grupo social familiar também tem a sua, o que pode parecer aos olhos de estranhos – os Outros – totalmente absurda. Este é o primeiro choque que sente um estranho, mesmo que venha a se tornar posteriormente um elemento da família, ao deparar-se com um grupo social/ familiar em que os valores são diferentes daquele de sua realidade familiar. DaMatta nos explica que *quando falamos em casa, não nos referimos ao lugar onde comemos, dormimos e nos abrigamos*, mas também ao espaço com uma realidade particular traçada por valores morais íntimos e que rege todos, o que, em alguns casos, bloqueia a entrada dos Outros. No entanto, em outros casos, como diz DaMatta (1984, p.26): “Por ser um espaço inclusivo e, simultaneamente, exclusivo, a casa pode ter também seus agregados”. Dessa forma, em oposição, mas podendo interagir com o anterior, temos a rua e o trabalho.

Para o antropólogo, *a rua é o espaço em que o comando é dado à autoridade que governa com a lei, a qual torna todo mundo igual no propósito de desautorizar e até mesmo explorar de forma impiedosa* (1984, p.30). Neste espaço, inscreve-se a relação de trabalho, transferindo para o patrão a autoridade exercida, na rua, pelo Estado. O campo do trabalho contamina e é contaminado pelos outros dois: casa e rua, o que pode ser verificado nas palavras de DaMatta: “Casa e rua formam os espaços básicos através dos quais circulamos na nossa sociabilidade”.

Esta ideia não é compartilhada por Holanda, pois os historiador e sociólogo não vê ligação entre família e Estado, ou rua; sendo enfático ao afirmar: “O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo” (2015, p.169).

Ocorre que, havendo ou não integração entre os dois campos, é incontestável que em cada um deles – família e Estado/Rua –, encontramos, dentre os valores de cada um, o conceito de ética, de certo e errado, de verdade e mentira e de várias outras dicotomias platônicas. Compreender e aceitar a escala de valores do Outro incomoda, é difícil, pois significa afastar-se da sua identidade cultural, mesmo que momentaneamente, e abrir a mente para entender a lógica da

cultura do Outro, aceitando a Alteridade. Nesse sentido, Franz Boas, ao prefaciocar a obra de Ruth Benedict (2013, p.12), ensina que *devemos compreender o indivíduo vivendo na sua cultura e a cultura vivida por indivíduos*; reproduzindo o pensamento da autora (Benedict, 2013, p. 12): “É preciso penetrar fundo no gênio da cultura, um conhecimento das atitudes que controlam o comportamento individual e grupal”.

Franz Boas alerta que a denominação *gênio da cultura*, é, para Benedict, *configuração*. Nós compreendemos, neste trabalho, que o *gênio da cultura*, a *configuração*, nada mais é do que a *lógica da cultura*. Neste contexto, o aprendizado de uma língua estrangeira é um processo que ultrapassa o domínio da língua. É preciso incorporar a lógica da língua, que também é a lógica do povo que fala a tal língua, pois a língua é a manifestação maior da cultura de um povo.

2.1.1

A Cada cultura, uma lógica. A cada língua, uma lógica.

Franz Boas nos explica que *a Dra. Benedict chama o gênio da cultura de “configuração”* (Benedict, 2013, p.12). No entanto, nós preferimos chamar de “lógica”. Dessa forma, o pensamento de Benedict fica: É preciso penetrar fundo na lógica da cultura dos grupos, para que se possa ver, *sob nova luz, a relatividade do que se considera social ou antissocial, normal ou anormal* (2013, p.12).

Partindo desses conceitos, verificamos que, se cada indivíduo tem um pensamento, cada grupo social também o tem, o que é explicado pela história. A história, a vida de uma sociedade com seus sucessos e fracassos, seus afetos e desafetos políticos, suas dores e alegrias e tantas outras passagens, ao longo de sua existência, cria sua personalidade, sua lógica.

Quando nos encontramos diante do Alter, constatamos que o desconhecimento da lógica da cultura do Outro é um dos fundadores dos estereótipos, seja positivo ou negativo. No caso dos positivos, eles nos levam à paixão, à admiração, a uma atração inexplicável por outra cultura, outra língua, outra organização social. Nesta situação, o interculturalismo flui tranquilamente, com a incorporação de novos costumes. Em se tratando de aluno estrangeiro que vivencia este quadro, todo o trabalho do professor com seus ensinamentos linguísticos e culturais é compartilhado pelo aluno, pois ele os recebe com a mente e o coração abertos. Porém, quando o aluno estrangeiro chega com imagens

negativas preconcebidas da cultura de chegada, há resistência, o que dificulta o compartilhamento. Uma terceira possibilidade é que as imagens sejam criadas a partir da convivência na cultura de chegada, *in loco*. Tal situação desencadeia o surgimento de estereótipos tanto positivos como negativos.

2.1.2

O Outro e o Eu: Estereótipos

De forma geral, compreende-se que os estereótipos são ideias preconcebidas sobre alguém (indivíduo ou grupo social) ou algo, que surgem, normalmente, a partir de generalizações e que são alimentadas pela falta de conhecimento real do Outro. No entanto, para Peterson¹², há uma distinção entre generalização e estereótipo, explicando que as generalizações são conclusões tiradas a partir de um número considerável de elementos, enquanto que os estereótipos são afirmações parciais a partir de observações de um conjunto limitado de elementos. Podemos entender que para Peterson a generalização está mais próxima de um estudo científico, enquanto que os estereótipos encontram-se num ambiente popular, surgindo sem uma fonte identificável e confiável e ganhando uma dimensão quase incontrolável, pois se disseminam no espaço e no tempo, passando de geração a geração.

Essas ideias que constroem os estereótipos são classificadas de forma positiva ou negativa segundo os valores que regem a sociedade de quem julga. Não se pode negar que essa postura é permeada por uma filosofia etnocêntrica, que considera os valores do próprio grupo como referência de verdade, de ética, de justo. Eis por que Bennet¹³ ensina que *As características que são assumidamente compartilhadas pelos membros desses grupos e são respeitadas pelo observador são os estereótipos positivos*. No sentido oposto, aquelas que são desprezadas são os estereótipos negativos, os quais criam empecilhos no relacionamento intercultural, uma vez que, premeditando que o Outro vá agir ou reagir de forma padronizada, os sujeitos da situação de comunicação analisam os estímulos por uma visão objetiva, não se abrindo às possibilidades subjetivas. Nesse sentido, nos explica Erving Goffman (2014, p.13), como já citamos anteriormente,

¹² PETERSON, apud MEYER In: MEYER E ALBUQUERQUE (Org.), 2013, p.22.

¹³ BENNET, apud MEYER In: MEYER E ALBUQUERQUE (Org.), 2013, p.22.

Se o indivíduo lhes for desconhecido, os observadores podem obter, a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplicar-lhes estereótipos não comprovados. [...] E trazem à baila a que já possuem.

Dessa forma, verificamos que os estereótipos da identidade cultural de um grupo social – que pode ser uma nação, instituição, etnia, ou outro – ou de um indivíduo, são construídos sobre o imaginário deste grupo, sempre moldado pelo etnocentrismo, sem levar em consideração a lógica da cultura e do processo cognitivo que norteia a manifestação do pensamento e da linguagem no Outro.

2.1.3

As sociedades de alto e baixo contexto

Laraia (2014, p.87) ensina que *todo sistema cultural tem a sua própria lógica e não passa de um ato de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro. A tendência é considerar lógico apenas o próprio sistema e atribuir aos demais um alto grau de irracionalismo*. Certo é que a coerência de um costume, de valores, está atrelada à comunidade a que pertence, podendo ou não ser compartilhada com outros grupos. Há valores que são universais, tais como Os Direitos Humanos, legislação de cunho universal – A Declaração Universal dos Direitos Humanos –, assegurada pelas Nações Unidas; porém, há outros valores próprios à grupos – por exemplo, a monogamia vs poligamia –, podendo ou não entrar em conflito com outras culturas, mesmo que siga uma lógica própria, esta pode ser considerada, aos olhos dos outros grupos sociais/ governamentais como irracionais.

Em um patamar inferior, podemos analisar essas diferenças com mais tolerância, e enquadrá-las nos conceitos de **cultura objetiva e cultura subjetiva**.

No contexto (inter)cultural das sociedades, há um fenômeno que os sociólogos não se cansam de estudar nem de renomear e de requalificar, trata-se da classificação das sociedades em duas categorias: cultura objetiva e cultura subjetiva, que também podemos analisar, em sentido lato, como o processo cognitivo que conduz o raciocínio das sociedades em cada categoria .

Um dos pioneiros no assunto foi Edward T. Hall, tendo publicado algumas obras consideradas pilares do interculturalismo (MEYER, 2013, p.14), publicadas nas décadas de setenta e oitenta, paralelamente ao período do neoliberalismo

econômico, pelo qual o livre comércio caminhava de mãos dadas com o interculturalismo. Em face do choque cultural, estudos foram desenvolvidos com o intuito de descobrir a lógica das outras culturas, como ela se manifestava: de forma implícita – a cultura subjetiva – ou de forma explícita – a cultura objetiva. Décadas após, os estudos foram retomados, renomeados e requalificados; assim, compreendeu-se melhor as diferenças; pois, desta vez, foi apresentado sob a perspectiva didática de Peterson (op. cit. p.15), em 2004.

Pela metáfora do iceberg, ficou mais clara a imagem do que é cultura **objetiva**, que é a cultura visível – a arte, a fala, o Direito no sentido objetivo (norma, lei) – e **subjetiva**, que é a cultura invisível – os valores morais, éticos, religiosos, a língua, o Direito no sentido subjetivo (ação, interpretação, proteção, gozo, obrigação), como verificamos nos ensinamentos de Meyer (2013, p.16).

Além dessas classificações, muitas outras foram desenvolvidas, como é o caso da pesquisa de Tipos de Cultura, de Lewis¹⁴, na qual o Brasil foi classificado como uma cultura propensa à polidez, cordialidade, conciliação, prolixa, entre outras características semelhantes. Porém, o que interessa aos nossos estudos é a integração das filosofias de cultura objetiva/ subjetiva e de sociedade de alto contexto/ baixo contexto, esta, defendida por Edward Hall (1998), pois é neste ambiente onde brota a relação intercultural vista pela perspectiva do ensino/ aprendizagem de PL2E.

Sendo assim, para o antropólogo Edward Hall, as sociedades são classificadas sob duas modalidades¹⁵: alto contexto e baixo contexto. Na primeira modalidade, encontra-se o Brasil, onde as palavras tem menos importância do que o contexto, essas sociedades são caracterizadas por um comportamento em que a posição social é determinante, uma vez que o trabalho em equipe é valorizado, tendo a relação pessoal amalgamada com a relação profissional, com preferência pela interação verbal indireta, na qual se evita palavras que possam causar mal estar, optando pelo uso de mitigadores, modalizadores, maximizadores, linguagem gestual/ facial e, até mesmo, de uma entonação modulada na fala. Dessa forma, *sendo o português do Brasil uma língua tipicamente indiretiva, mormente em atos de fala despreferidos, como as negações* (Meyer, 2005, p.82), atitude esta que é

¹⁴ Meyer, 2013, p.20.

¹⁵ Consulta eletrônica realizada em 17 nov. 2015, disponível em: <http://pt.reingex.com/Negociacao-Intercultural.shtml>

própria das sociedades de alto contexto, caracterizada por empregar uma **lógica em espiral**¹⁶.

Em oposição, Hall classificou como sociedade de baixo contexto aquelas que preferem a interação verbal direta com tendência a compreender os significados em apenas um nível, por serem menos hábeis na percepção de pistas não verbais, desenvolvendo uma lógica linear, que também se manifesta na forma direta, magoando ou não, com mensagens altamente estruturadas e detalhadas. Este é o exemplo dos EUA e de países anglo-saxões.

A importância desses estudos tem reflexo em vários segmentos da sociedade, tais como nas relações políticas, comerciais, jurídicas. No caso das culturas de alto contexto, os negócios são muito mais lentos, já que é necessário fundar uma relação pessoal para que se estabeleça confiança entre as partes. No caso contrário, de baixo contexto, as mensagens transmitem grande parte da informação, por serem explícitas. Os documentos legais são considerados indispensáveis. No entanto, os detalhes do negócio são analisados rapidamente.

Pelo exposto, notamos que as duas teorias se completam e que ambas, aplicadas no contexto de PL2E, são fundamentais para o sucesso do ensino/aprendizagem/integração de língua estrangeira; uma vez que a comunicação intercultural foca na cultura subjetiva, levando o indivíduo a saber como se comportar em sociedade de acordo com as instituições culturais aqui preestabelecidas. É a partir do conhecimento da própria cultura e da cultura do outro – subjetiva e/ou objetiva – que os membros de uma sociedade se tornam competentes interculturalmente. A percepção dos limites da subjetividade e da objetividade culturais abre o caminho para a percepção dos limites entre uma sociedade de baixo contexto e de alto contexto. É preciso conhecer o Outro para traçar estratégias de contato de sucesso. Ao professor compete conhecer o Outro, seus alunos, e fazê-los conhecer o Outro, nós. Afinal, ensinar língua estrangeira é bem mais do que ensinar estruturas gramaticais.

¹⁶ Expressão nossa para alegorizar a lógica da cultura brasileira, cujo comportamento discursivo recorre a rodeios, como um espiral, de forma prolixa para se comunicar, com o intuito de evitar a falta de polidez e de guardar a própria face, em alguns casos, e/ ou proteger a face do outro, em outros casos.

2.1.4

O valor da cordialidade e da polidez

Como vimos, a sociedade brasileira tem o caráter de alto contexto, mas não é apenas essa a marca que a distingue, existe também o comportamento cordial que traça sua personalidade, como explica Holanda (2015, p.176) ao afirmar que *a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”*. Esta afirmação vem regada a críticas, pois avalia que essa cordialidade brasileira é uma manifestação *exacerbada de afeto*, não encontrando limites de manifestação nem em estabelecer os laços de amizade nem em romper os mesmos laços.

Aprofundando-se neste tema, o sociólogo explica que o exagero no comportamento do brasileiro – hospitalidade, generosidade – não significa obediência às normas de civilidade; é um comportamento que resulta de uma história de vida da sociedade, sustentada por hábitos do colonizador, contendo vestígios de país colonizado, submisso ao europeu, mas posicionando-se superior ao índio nativo e ao negro escravizado. Explana Holanda (op. cit., p.177) que

Nosso temperamento admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar. A manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade. E isso é tanto mais específico, quanto se sabe do apego frequente dos portugueses, tão próximos de nós em tantos aspectos, aos títulos e sinais de reverência.

Neste cruzamento, está a língua como manifestação dessa cultura embaralhada. Assim, os elementos linguísticos servem de manifestação da subjetividade de seu usuário, como, por exemplo, na tendência ao uso acentuado do diminutivo, isto é, das terminações em *-inho*. Este recurso linguístico também é recurso de manifestação de subjetividade, pois serve para *nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração* (op. cit.). Outro exemplo que tomamos emprestado do sociólogo é a tendência para a omissão do nome de família no tratamento social. Para esse hábito, o sociólogo explica que ao eliminarmos o nome de família, usando apenas o prenome, eliminamos as barreiras criadas pela superposição social das famílias.

Esta superposição é uma realidade que prevalece até hoje em certas regiões do país, como é o caso do nordeste.

O que diferencia a cordialidade da polidez é o fato de a primeira ser espontânea, o que não significa que seja sincera. Holanda (2015, p.177) explica que a padronização da cordialidade não implica que ela seja legítima para se manifestar, podendo servir de máscara para que o indivíduo mantenha sua posição suprema diante do social. E, alerta Holanda (op. cit., p.178): “O desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade”.

Assim, em seu estudo sociológico, Holanda estabelece a diferença conceitual entre cordialidade e polidez, e afirma que *nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez, [...] esta consiste precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial”*.

Esse conceito de polidez, que consiste em uma manifestação verbal ou não verbal em forma de mímica deliberada, defendida por Holanda, é desenvolvido por Oliveira (2008) em sua pesquisa sobre polidez e interação. A pesquisa nos mostra que a **polidez** é uma convenção aprendida e estabelecida por um grupo social. Associando essa imagem à ideia de cultura, lembramos os ensinamentos de Benedict (2013, p. 14): “Desde o nascimento do indivíduo, os costumes da sociedade em que ele nasce moldam sua experiência e seu comportamento”. Sendo assim, a polidez é composta por códigos linguísticos e não linguísticos de comportamento pré-definidos em certo grupo social. Eis por que Holanda diz tratar-se de mímica. Certamente, não deixa de ser, uma vez que são padronizados e repetidos; mais ainda, produzem efeitos sociais.

Classificações práticas, como as de “comportamento bonito” / “correto”, estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para efeitos sociais pretendidos, como nos lembra Bourdieu [...]. Elas servem a distinções baseadas em valores e têm efeitos sociais. [...] A polidez é vista como um meio simbólico, baseado em valores sociais, derivados da noção não só de ordem social, mas de identidade social. Como tal, ela é um instrumento de discriminação social, um meio de distinguir – e, por consequência, condenar – os que não têm conhecimento especializado sobre os direitos e obrigações que regem as relações sociais. (OLIVEIRA, 2008, p.202)

A concepção de polidez como instrumento de distinção social nos remete à sociologia de Pierre Bourdieu (1982), que, em seus ensinamentos sobre o poder simbólico das palavras, nos mostra que as fórmulas de polidez e as suas variações estilísticas, embora de aparência insignificante, são ferramentas de manipulação da sociedade, exercendo pressão e repressão sobre os menos favorecidos, sobre as classes, os sexos e as gerações. E lembra que a polidez não é representada apenas pelas expressões linguísticas, mas também por símbolos, como os galões, como explica Bourdieu. O sociólogo ao exemplificar as formas linguísticas de polidez, cita as **formas de tratamento, tais como Excelência, Senhor Presidente/ Governador**; essas formas de tratamento, analisa Bourdieu, *são repetições de um ato inaugural de concessão feito por uma autoridade reconhecida universalmente; logo, fundado no consenso comum* (1982, p.133, tradução nossa).

As formas de polidez, sejam verbais ou não, por serem convenções próprias a grupos sociais, criam rituais de interação. Nesse sentido, Oliveira (2008), ao abordar Brown e Levinson ([1978] 1987), explica que no processo de interação, todo falante em sua língua é dotado de razão e de face. O conceito de face é emprestado de Goffman (2011) que assemelha a face à autoimagem construída e preservada por meio de rituais de interação, os quais variam não só de cultura para cultura, mas também de grupo social para grupo social, de situação para situação, dentro da mesma cultura (OLIVEIRA, 2008, p.211).

2.1.5

Os recursos não linguísticos e linguísticos na interação face a face

“Todo o trabalho desenvolvido com a polidez tem o objetivo de aproximar-se o máximo possível da fórmula perfeita, a qual seria aplicada se houvesse total domínio da situação de contexto. A forma e a informação que ela transmite, condensam e simbolizam toda a estrutura da relação social que justifica sua existência e sua eficiência, trata-se da famosa *força ilocutória*”. (BOURDIEU, 1982, p.80, tradução nossa.)

Para melhor compreender o estudo sobre a interação face a face, é necessário compreender o que Goffman quer dizer com *face a face*. Para o sociólogo, face a face não significa que os interlocutores estejam um na frente do outro, como se diria em francês: *tête à tête*, ou em português do Brasil: *cara a cara*. Os interlocutores podem até estar um diante do outro, mas o jogo das faces,

das imagens, também está presente na referência a terceira pessoa. No conceito de Goffman (2012, p.13-14), *a face é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados*. Também é definida como *o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular*.

Neste contexto, o sucesso da interação face a face está diretamente ligado aos recursos de polidez adotados como ferramentas no jogo de imagens. Essas ferramentas podem ser linguísticas, gestuais, sonoras (onomatopeias), estilísticas (pausas), interjeições (com ou sem expressão gráfica); enfim, todas essas ferramentas são usadas no que Goffman (2014, p.225) chama de “a arte de manipular a impressão”, em que recursos teatrais são estudados como articuladores no contato social. Entretanto, para que haja uma conversação é preciso que os indivíduos que compõem a cena de comunicação interajam, o que não significa necessariamente que seja de forma oral, há outras formas de interagir, até mesmo o silêncio. Marcuschi (2005) ensina que *iniciar uma interação significa, num primeiro momento, abrir-se para um evento cujas expectativas mútuas serão montadas*. Essas expectativas mútuas consistem em prever o previsível e o imprevisível no discurso – tema, abordagem, método, lógica – do Outro. Neste percurso, Marcuschi complementa, seguindo o raciocínio de Goffman, alertando que se deve levar em conta não apenas os fatos linguísticos, mas também os paralinguísticos, como os gestos, olhares, movimentos do corpo, e outros. Vale lembrar, que o jogo de turnos de fala revela a condição social dos interlocutores, pois ao ceder o turno, o locutor demonstra seu equilíbrio emocional e lógico; mesmo por que, nesta pausa, ele não apenas ouve a argumentação contrária, como observa os signos não linguísticos, infere, constrói e reconstrói sua contra-argumentação.

Na questão da preservação da face, Goffman explica que cada indivíduo tem sua própria lógica de comportamento social, seja face a face seja em grupo, o que ele chama de **linha** – *um padrão de atos verbais e não verbais com o qual ela expressa sua opinião sobre a situação, e através disto sua avaliação sobre os participantes, especialmente ela própria* (2012, p.13). Na realidade, a atitude pessoal tende a corresponder à imagem que o indivíduo calcula que os participantes tenham dela; paralelamente, os participantes calculam que aquela imagem é espontânea e que corresponde verdadeiramente à pessoa do indivíduo.

Consequentemente, esses participantes supõem ser real. Ocorre que, não sendo, o locutor tem de corresponder à imagem, em resposta à face construída de si pelos outros, condizendo ou não com sua lógica particular.

Mas a imagem também pode ser quebrada quando a lógica do indivíduo tem mais peso do que as normas implícitas no código social de determinado grupo. Quando isso ocorre, diz-se que **perdem a face** e, consequentemente, é preciso **salvar a face**, como explica Goffman (2014, p.17): “Quando ele [o indivíduo] assume uma imagem do **eu** expressa através da face, os outros terão a expectativa de que ele [o indivíduo] atuará de acordo com essa face”.

O equilíbrio entre a manifestação da lógica particular e a da lógica social leva a manter a face dos Outros, os outros participantes – *esse tipo de aceitação mútua parece ser uma característica estrutural básica da interação, especialmente da interação em conversas face a face*. Neste âmbito, encontramos a interação verbal e presencial, estipulada sobre uma espécie de acordo prévio, pelo qual o modo de agir por meio *de linguagem de insinuações, de indiretas, de ambiguidades, de pausas bem colocadas, de piadas cuidadosas, de mudanças de tom de voz, de olhadelas*, e outros símbolos significativos de recursos que ficam no limite do linguístico e do não linguístico. Encontramos a síntese desse raciocínio em sua explicação

Afirmar que quando um indivíduo chega diante de outros suas ações influenciarão a definição da situação que se vai apresentar. Às vezes, agirá de maneira completamente calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter. Outras vezes, o indivíduo estará agindo calculadamente, mas terá, em termos relativos, pouca consciência de estar procedendo assim. Ocasionalmente, irá se expressar intencional e conscientemente de determinada forma, mas principalmente, porque a tradição de seu grupo ou posição social requer este tipo de expressão, e não por causa de qualquer resposta particular que provavelmente seja despertada naqueles que foram impressionados pela expressão. (GOFFMAN, 2014, P.18)

Os elementos lexicais: situação, tradição, grupo, posição social nos remetem ao contexto. Verificamos que para Goffman a preocupação e o atendimento das necessidades do contexto é determinante para o sucesso da comunicação.

No que diz respeito, especificamente, aos recursos linguísticos utilizados na interação face a face, encontramos nas pesquisas de Kerbrat-Orecchioni (2006) a explanação sobre as manifestações linguísticas da polidez, que, como sabemos,

a polidez é a engrenagem da construção da face, isto é, da imagem. Assim, a linguista classifica os recursos em construtores da polidez negativa e da polidez positiva, particularmente na estratégia de *evasão*.

No primeiro caso, Kerbrat-Orecchioni cita os suavizadores de Brown e Levinson e os divide em **(1) substitutivos**, por exemplo: para suavizar a força negativa de um modo imperativo usando uma asserção com formação indireta ou usando uma confissão de incompreensão; os (1.a) desatualizadores modais temporais: a voz passiva, o condicional, e (1.b) modais pessoais: os *pronomes pessoais*, cujas palavras reproduzimos devido a sua relevância nesta pesquisa.

No que se refere aos **pronomes pessoais**, relembremos o célebre exemplo do “senhor(a)”, no qual podemos ver, ao mesmo tempo, uma atenuação da brutalidade do tratamento e uma ênfase no valor de deferência; o procedimento consiste em expressar a qualidade pela quantidade; e assinalemos também alguns usos polidos do “nós” e de sua variante oral “a gente” que consistem em utilizar essas formas coletivas com valor de solidariedade; seja substituindo um “você”, se o enunciado tem um conteúdo negativo, por “a gente”; seja substituindo um “eu”, se o enunciado tem um conteúdo positivo, por “a gente”. (2006, p.86)

(1.c) os procedimentos retóricos como as lítotes (ex. não é muito inteligente), o eufemismo (ex. cadeirante por aleijado) e o tropo comunicacional, *que consiste em fingir dirigir um enunciado ameaçador a um outro que não é aquele a quem se destina*. **(2) subsidiários:** (2.1) fórmula especializada (por favor, se for possível), (2.2) as fórmulas preliminares (interpelações, convites), (2.3) os minimizadores, modalizadores, desarmadores e moderadores, ou seja, na terminologia de Brown e Levinson (1978/1987, apud OLIVEIRA, 2008) são os mitigadores.

No segundo caso, a polidez positiva, Kerbrat-Orecchioni esclarece não possuir a mesma extensão e profundidade da negativa, porém, tem seu peso no discurso – os *maximizadores* –, intensificando a subjetividade do locutor ao *hiperbolizar os enunciados polidos*, usando, para tanto, apreciações positivas (ex. Está absolutamente delicioso) e superlativos (ex. Muitíssimo obrigada).

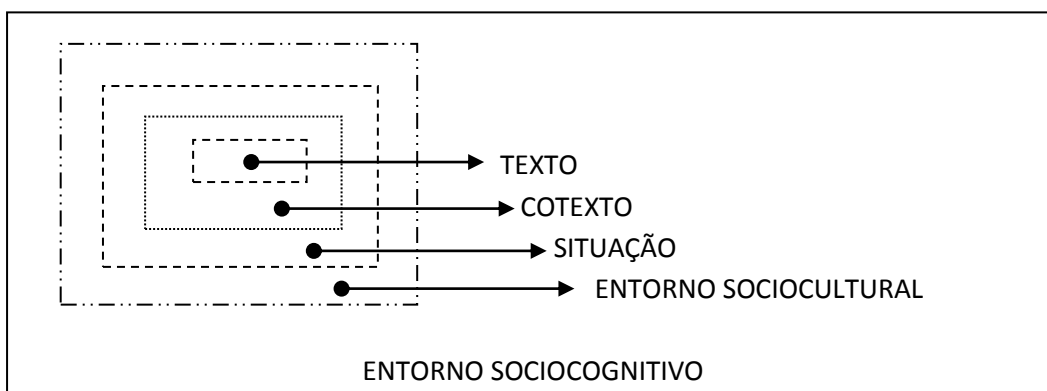
Ao final desta exposição, concluímos que os recursos linguísticos e não linguísticos utilizados na interação face a face só tem aplicação efetiva quando estão inseridos no contexto apropriado. Quando verificamos que, para Goffman, o contexto é determinante para o sucesso da comunicação; e quando verificamos, em Kerbrat-Orecchioni, que no interacionismo o objeto de estudo se inscreve nos

discursos contextualizados, e como sabemos que é pelo contexto, ou seja, cena de comunicação, que definimos o gênero do discurso, então compreendemos a afirmação de Bakhtin: “Não é o gênero que define a cena, é a cena que define o gênero”. Logo, é o contexto que define o gênero do discurso.

2.2 Contexto

Um enunciado só se torna inteligível quando está dentro de um contexto de situação. A situação em que as palavras são usadas jamais poderá ser descartada como irrelevante. A noção de contexto deve ultrapassar a noção da linguística simples (textual) e alcançar o nível do discurso, ou seja, das condições gerais que envolvem o que é dito. (Malinowski, apud KOCH)

Ingdore Koch (2009) esclarece que a noção de contexto tem variadas concepções, dependendo do momento histórico e dos teóricos que se apropriam da palavra. E cita como exemplo Malinowski, que inaugurou a reflexão sobre contexto de situação e contexto de cultura; Halliday e Labov, que retomam a noção de contexto de ordem social, trabalhando sobre as produções verbais; e Hymes, que desenvolve o conceito de cultura de Malinowski, fundando uma matriz etnográfica. No entanto, a autora, em sua explicação atemporal e universal, apresenta um esquema representando a noção geral de contexto, como vemos abaixo:



Por esse gráfico, Koch analisa o contexto dividindo-o em patamares, partindo desse quadro contextual é possível compreender o enunciado.

No patamar mais próximo do texto encontramos o cotexto, que significa o entorno verbal. Para a Linguística Textual a compreensão do texto contava apenas com o patamar do entorno do verbo, ou seja, com o conteúdo do cotexto.

Já a Linguística Pragmática, na qual nos encontramos, entende o contexto como o englobante do cotexto, da situação de interação, do entorno sociopolítico-cultural e do contexto sociocognitivo, tudo isso sob a perspectiva da ação verbal na comunicação social, ou seja, o lugar de interação entre os sujeitos sociais. Por esse prisma, os estudos sobre o contexto ganharam nova orientação, estipulando o contexto imediato e o contexto mediato.

O contexto imediato vem a ser, no esquema acima, a **situação**, que compreende os participantes da situação de comunicação, o quadro espaçotemporal e o objetivo. Agora, o contexto mediato é o patamar sociocultural, cuja lógica – da cultura da sociedade – direciona o sentido da mensagem. Sintetizando essa exposição, Koch (2014, p.81) lembra que *a noção de contexto foi se reconfigurando ao longo dos estudos sobre o texto. Se, de início, aludia apenas ao elemento linguístico ou interno ao texto; posteriormente, passou também a incorporar aspectos extralinguísticos.*

Em consequência da evolução dos estudos linguísticos sobre o contexto, constatou-se que todo o conjunto acima explanado está sujeito a uma escala de valores peculiar a cada grupo social, essa escala vive em um processo dinâmico, em constante movimento, sendo repensada, e por isso, num estado contínuo de metamorfose. Essas mudanças se dão em razão de os valores socioculturais estarem sempre se refazendo. Dessa forma, como ensina Koch (op. cit.): “[...] outro tipo de contexto passou a ser descrito no interior da Linguística Textual: o contexto sociocognitivo”.

O contexto abrange não só o cotexto como também a situação de interação imediata, a situação mediata (entorno sociopolítico-cultural) e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores que, na verdade, subsume os demais, pois engloba todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos sujeitos sociais. (Koch, 2002 apud Koch 2014, p.81).

Para que duas pessoas possam compreender-se mutuamente, é preciso que seus contextos cognitivos sejam parcialmente semelhantes. Trata-se do conhecimento partilhado. Ele engloba todos os tipos de conhecimento armazenado na memória dos sujeitos sociais que participam de uma situação de comunicação. Por este modelo, no processo de interação, o contexto está sujeito a alterações, obrigando os parceiros a se ajustarem aos novos valores (morais, éticos) e aos novos costumes.

Georges Mounin, em seu dicionário de linguística (1974), explica, o que já vimos em Koch, *que o contexto é o entorno linguístico efetivo, seja próximo [situação imediata] seja distante [situação mediata]*, e alerta que *é preciso distinguir o contexto linguístico – o cotexto – do contexto não linguístico – a situação –, que é a experiência não linguística, mas vivida*. Trata-se das informações implícitas que são compreendidas pelo **conhecimento de mundo compartilhado**. Ocorre que a situação pode exigir a explicitação pelo recurso linguístico, com a finalidade de facilitar a compreensão e, por conseguinte, a contextualização do(s) interlocutor(es). Nesses casos, Mounin explica que se trata de restituir uma situação ausente no discurso, indicando o sentido a dar às palavras, atualizando certos semas e eliminando outros, com o objetivo de evitar a ambiguidade, incluindo os casos de homônimos. É importante ressaltar a observação feita por Mounin sobre a ambiguidade que pode ser provocada, intencional. Outras circunstâncias contribuem com a contextualização, reproduzindo Mounin (1974, p.84, tradução nossa)

O contexto linguístico indica o sentido a dar às palavras, atualizando certos semas e eliminando outros, o que evita a ambiguidade, inclusive nos casos de homônimos. Em *mulher fatal* e *acidente fatal*, *mulher* e *acidente* representam o papel de contexto e impõem uma interpretação tanto metafórica, tanto literal da palavra *fatal*. Em cada caso, um aspecto diferente de *fatal* é atualizado pelo contexto. Por outro lado, no caso de jogo de palavras, a ambiguidade é alimentada; neste caso, o contexto é ineficaz. As marcas formais de prosódia: tom, entonação, pronúncia, pontuação etc., também podem servir de contexto.

Por essas palavras, verificamos que nem sempre o contexto precisa ser linguisticamente explícito, outros indícios favorecem a compreensão e a interação, desde que haja conhecimento compartilhado entre os participantes da situação de comunicação. Explicitar ou não depende da intenção do locutor, cuja articulação conta também, entre os elementos linguísticos, com o recurso dos Atos de Fala.

2.2.1

Os Atos de Fala no cruzamento interacional

Os Atos de Fala são aqueles enunciados que são elaborados para produzir um efeito real; representam a realização, ao enunciar, de um ato pelo falante, e respondem a questão apresentada por Austin (IN: FIORIN, 2007, p.173): “Que é que se faz, quando se diz alguma coisa?”. Essas construções de fala estão inseridas nos estudos da Pragmática, cuja finalidade já está definida na própria

etmologia: do grego *pragmatikós*, que concerne à ação. Mas a ação linguística por si só não basta. Para caracterizar o sentido pragmático é essencial atender a sua condição básica: o contexto extra-linguístico – discursivo e situacional –, sem o qual não haverá o resultado pretendido. É nesse cenário que se inscreve a teoria dos atos de fala. Assim, nos ensina o Professor Luiz Fiorin (2007): “A teoria dos atos de fala representa um rompimento com a Linguística que pensava serem as afirmações verdadeiras e as afirmações falsas que descreviam os estados de coisas”. Essas afirmações são definidas como constativas – *os constativos são verdadeiros se existe o estado de coisas que eles descrevem, e falsos em caso contrário*¹⁷. A partir do novo momento na linguística, inaugurado por Austin, passou-se a avaliar os enunciados sob o prisma não mais do fato declarado, mas da intenção de quem fala, definida como *performativa*, pois a intenção é manifestada por uma performance. O que está em jogo não é se a afirmação é verdadeira ou falsa, mas se ela é realizável, e se ela se concretiza ao ser enunciada¹⁸. Por essa observação, Austin classificou as afirmações em dois tipos: constativas e performativas. Por esse raciocínio, para que o enunciado se realize é preciso que seja pronunciado em circunstâncias propícias, esta é essencial para que haja a *condição de sucesso*. Fiorin alerta que *um performativo pronunciado em circunstâncias inadequadas não é falso, mas nulo, ele fracassou*.

As principais condições de sucesso de um performativo são:

- a) A enunciação de certas palavras em determinadas circunstâncias tem, por convenção, um determinado efeito. Portanto, as pessoas e as circunstâncias devem ser aquelas convenientes para a realização do enunciado em questão;
- b) A enunciação deve ser executada corretamente pelos participantes. O uso da fórmula incorreta torna nulo o performativo;
- c) A enunciação deve ser realizada integralmente pelos participantes. Assim, quando um performativo exige outro para ser realizado, é necessário que os dois sejam realizados para que haja sucesso. (FIORIN, 2007, p.171)

Outras duas condições completam a lista acima, mas dependem de outros fatores que levam o performativo a ser um ato vazio, *puramente verbal*. Como verificamos

Quando a enunciação exige que o falante tenha certos sentimentos ou intenções, é preciso que ele tenha **de fato** esses sentimentos ou intenções. Quando alguém

¹⁷ FIORIN, 2007, p.171.

¹⁸ O que lembra a postura dos Sofistas, na antiga Grécia (sec. V a. C.). Filósofos que ensinavam a arte de argumentar e de convencer a partir da manifestação de profundo saber e dando ao discurso o sentido de objetividade, com o raciocínio voltado exclusivamente para a eficácia da persuasão, sem levar em conta a veracidade dos elementos da argumentação.

diz *Quero exprimir-lhe meus pêsames*, sem que sinta nenhuma simpatia pelo pesar do interlocutor, ou *Prometo que virei*, sem ter nenhuma intenção de vir, o performativo realiza-se, mas não terá sucesso, ou seja, realizar-se-á verbalmente, mas não efetivamente.

Como verificamos, os Atos de Fala performativos tendem a estar na primeira pessoa do singular do presente do indicativo e na voz ativa na forma afirmativa; caso contrário, não será performativo, e sim constativo: “Nas outras pessoas, nos outros tempos, nos outros modos, não haveria performativos, mas constativos” (FIORIN, 2007, p.172).

Entretanto, é possível que o enunciado seja performativo mesmo que não tenha um verbo performativo, desde que o enunciado possa se transformar em outro enunciado que tenha o verbo performativo nas condições exigidas. Estes casos são chamados **performativos implícitos**, uma vez que o enunciado principal não traz os verbos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, mas remete à ideia de um performativo, que pode estar manifestado na semântica do verbo, e não necessariamente na pessoa, no tempo e no modo do verbo, temos como exemplo¹⁹ o discurso normativo (no caso, proibição), *Proibido fumar*; pode também ser manifestado na generalidade (no caso, autorização), *Os senhores estão autorizados a falar em meu nome*; a ordem indireta (no caso, advertência), *Os alunos ficam advertidos de que os que não fizerem matrícula na data determinada perderão sua vaga*.

Como vemos, os Atos de Fala performativos podem carregar valores semânticos, com intenções e resultados bem diferentes apesar de terem a mesma finalidade: produzir uma ação correspondente ao enunciado. Em razão disso, Austin e Searle²⁰ subclassificaram os atos de fala em três: ato locucionário, ato ilocucionário, ato perlocucionário.

Fiorin (2007, p.173) resume a função de cada um deles e explica que *o ato locucionário é o que se realiza enunciando uma frase, é o ato linguístico de dizer. O ilocucionário é o que se realiza na linguagem e perlocucionário é o que se realiza pela linguagem*. Esmiuçando essa explicação, entendemos por ato locucionário o próprio enunciado, isto é, uma frase estruturada na língua em uso, cujas normas fonéticas, morfológicas, sintáticas e semânticas são respeitadas, sem levar em conta a intenção do locutor e as consequências do enunciado.

¹⁹ Os exemplos dados neste parágrafo foram extraídos da obra de Fiorin, op. cit., p. 172.

²⁰ IN: COSTA, I. B. **Linguística III**. Curitiba, ed: IESDE, 2012, p.151-167.

Quanto ao ato perlocucionário, realizado pela linguagem, está no plano do interlocutor, é o efeito causado pelo sentido do verbo no íntimo intelectual e emocional, a partir da construção do seu Eu em seu histórico de vida, em seu conhecimento de mundo. Essa ação/ reação está diretamente ligada ao ato ilocucionário.

O ato ilocucionário é o mais significativo dos três modos de atos de fala, uma vez que transporta a responsabilidade de produzir uma reação, pela qual o ato será efetivado; além de ter a sinceridade como um dos seus pilares. Esse ato funciona como um elo entre o locutor e o interlocutor, conectando um ao outro e os dois ao contexto, que possibilitará que haja, ou não, as condições de felicidade/sucesso. Fiorin (2007, p.174) simplifica, listando os atos ilocucionais: a afirmação, a interrogação, o conselho e a ordem.

Em razão dos performativos implícitos, Fiorin relata a preocupação de Searle ao diferenciar **verbos ilocutórios e atos ilocutórios**. Estes, podem vir na formas de *atos de fala indiretos*, por exemplo: *Desculpem-me pelo atraso, o trânsito está terrível*; ou em uma ordem expressa: *Você tem um cigarro?*. Em ambos os casos temos a manifestação implícita de um ato de fala indireto. As questões que envolvem os atos de fala indiretos sustentam a corrente de estudos dos atos de fala chamada de **interacionista**, na qual estão presentes os sujeitos sociais e a lógica de suas línguas e culturas, considerando as escalas de valores que variam de cultura para cultura, de grupo social para grupo social.

Para exemplificar, citamos o linguista François Recanati (1981, p.26, tradução nossa) que utiliza como exemplo o modo imperativo: “O imperativo serve para enunciar um certo tipo de ato ilocutório, mas eu não posso ter esse ato cumprido se ninguém compreender qual é a minha intenção ao utilizar esse modo”. E reproduz as palavras de Austin: “Eu não posso dar uma ordem a alguém se ela não compreende minha intenção de lhe dar uma ordem”. Na realidade, o ato ilocutório se efetiva na medida em que o interlocutor reconhece a intenção do locutor; mais ainda, quando ele reconhece a autoridade do locutor ao pronunciar a ordem.

Podemos compreender o Ato Ilocutório como o ato social da linguagem, estabelecendo uma relação na qual o locutor, pelo uso de certos verbos, desempenha um papel, que lhe é assegurado, na posição de superioridade, enquanto que dá ao interlocutor um papel complementar. Entretanto, o verbo

sozinho nem sempre funciona, há elementos linguísticos que funcionam como colaboradores na construção do discurso performativo, este é o caso das formas de tratamento e dos vocativos.

No caso dos Atos de Fala performativos pronunciados no âmbito do cruzamento cultural, deparamo-nos com certos aspectos que aos olhos de pessoas pertencentes ao mesmo grupo social passam despercebidos, visto que todos compartilham o mesmo conhecimento de mundo e as mesmas normas de polidez implícitas e/ou explícitas. Tal não ocorre na interação com o Outro, neste momento o sucesso da enunciação pode estar em risco e até mesmo alcançar o fracasso se não houver um conhecimento prévio dos códigos de comunicação linguísticos e extralinguísticos.

Nesse sentido, retomando o exemplo do imperativo como tempo verbal da ordem, Meyer (1999, p.151) nos ensina que *assim como a forma subjuntiva tem emprego muitas vezes condicionado pelo tratamento presente no enunciado, formal ou informal, o mesmo ocorre com o modo imperativo. Assim, no português do Rio de Janeiro (mas não no português do Brasil em geral), o emprego da forma imperativa para ordens, pedidos e sugestões representa uma atitude demasiadamente autoritária, desprovida de polidez.* Em razão do perfil cultural do carioca/ fluminense, deve-se ter certo cuidado em adequar não apenas o modo verbal, mas, aliado ao verbo, outros elementos linguísticos e discursivos, tais como as formas de tratamento e os vocativos, devem ser usados com o devido conhecimento para não faltar com a polidez na interação intercultural. Note-se que o choque cultural, como disse a professora Meyer, não se limita ao contato com culturas estrangeiras, o choque pode estar presente entre os conterrâneos, já que, como sabemos, o Brasil é multi e pluricultural.

2.2.2

Formas de tratamento e vocativos em sua funcionalidade

- Posso sentar-me? Interrogou timidamente o príncipezinho.
- Eu te ordeno que te sentes, respondeu-lhe o rei, que puxou majestosamente um pedaço do manto de arminho.
- Majestade... eu vos peço perdão de ousar interrogar-vos...
- Eu te ordeno que me interrogues, apressou-se o rei a declarar.
- Majestade... sobre quem é que reinais?
- Sobre tudo, respondeu o rei, com grande simplicidade.
- Sobre tudo? [...]
- E as estrelas vos obedecem? (Saint-Exupéry, 1977)

O poder implícito e explícito na língua sempre foi questão de discussão entre linguistas e sociólogos. Neste último grupo, Bourdieu (1982, p. 80,81, tradução nossa) explica que

todo o trabalho que se tem com a questão da polidez visa aproximar-se o máximo possível da fórmula perfeita e indispensável a certo contexto e certo gênero. A forma e a informação que a fórmula perfeita informa condensam e simbolizam toda a estrutura da relação social da qual ela [fórmula perfeita] tira sua existência e sua eficiência; trata-se da famosa força ilocutória.

A percepção do *poder simbólico* incutido nos elementos linguísticos é partilhada com os linguistas, sobretudo os pragmaticistas, que veem, nos componentes linguísticos/ gramaticais, elementos construtores dos atos de fala. No entanto, os gramáticos condensam esses componentes da língua em dois grupos congelados: formas de tratamento e vocativos, sem levar em conta os critérios semânticos.

Segundo Evanildo Bechara (2009, p.164-165) *os pronomes pessoais designam as duas pessoas do discurso e a não pessoa, considerada pela tradição, a 3ª pessoa. [...] A cada um destes pronomes pessoais retos corresponde um pronome pessoal oblíquo. Seguindo linearmente o quadro das pessoas (1ª, 2ª, 3ª), em seu uso reto e em seu uso oblíquo, encontramos as formas de tratamento. Estas são as formas substantivas de tratamento, dentre as quais, numa situação de comunicação, predomina o uso do **eu** e **tu**, pois a 3ª pessoa é a não pessoa. Será mesmo assim? Afinal, as formas de tratamento e os vocativos usados para o **tu** são determinados pela relação que o **eu** tem com o **tu**, atravessada pela subjetividade que constrói as imagens de **si** para o **outro**, e do **outro** para **si**. É nesse aspecto que reside a diferença de ponto de vista entre linguistas e gramáticos.*

Um sujeito social constitui-se na interação com o Outro. Eu sou na medida em que interajo com o Outro. É o outro que dá a medida do que sou. A identidade se constrói nessa relação dinâmica com a alteridade. (Koch, 2009)

Assim, diz Bechara (op. cit.) ao explicar que *a estes pronomes de tratamento pertencem às formas de reverência que consistem em nos dirigirmos às pessoas pelos seus atributos ou qualidades que ocupam. Relacionamos abaixo as formas mais usadas socialmente.*

Formas de reverência	Em relação a 3ª pessoa – não pessoa	Em relação a 2ª pessoa – tu
Para príncipes e duques	Sua Alteza	Vossa Alteza
Para reis e imperadores	Sua Majestade	Vossa Majestade

Para reitores	Sua Magnificência	Vossa Magnificência
Presidente da República Governador Prefeito Juiz Ministros Altas Patentes Militares Senador Deputado Vereador Secretário de Estado	Sua Excelência	Vossa Excelência
Outras patentes militares – Major – Tenente-Coronel Demais autoridades	Sua Excelência	Vossa Excelência
	Sua Senhoria	Vossa Senhoria

Paralelamente, existem formas de tratamento que são usadas no registro de fala coloquial, seja formal, com cerimônia – **o senhor, a senhora**, seja informal, no trato familiar – **você²¹, vocês**. Estes elementos linguísticos caem num uso muito peculiar da língua portuguesa brasileira, a chamada **segunda pessoa indireta**. Dessa forma, explica Infante (2001, p.356), *ocorre quando utilizamos pronomes que, apesar de indicarem nosso interlocutor (portanto, a segunda pessoa), utilizam o verbo na terceira pessoa*.

Toda essa questão se repete quando refletimos sobre o uso dos vocativos na interação social, na construção da face, na manifestação do poder, da reverência ou da submissão, da humildade, quando necessário. Nesse sentido, o vocativo é usado na interação face a face, pois, por meio dele, nomeia, indica, dirige a palavra ao interlocutor. A norma gramatical, segundo Bechara (2009, p.460), define o vocativo como *uma unidade à parte*, e complementa

Desligado da estrutura argumental da oração e desta separado por curva de entoação exclamativa, o vocativo cumpre uma função apelativa de 2ª pessoa, pois, por seu intermédio, chamamos ou pomos em evidência a pessoa ou coisa a que nos dirigimos.

Citamos alguns exemplos, extraídos de Infante (2001, p.467): **Amigo, Senhor presidente, Meu amor, Amada minha**. Essa lista é acrescentada por Bechara (op. cit., p.461) com **Meu irmão**, expressão esta muito em voga no hábito linguístico do carioca/ fluminense. Acrescentamos ainda outros exemplos do registro de língua coloquial, tais como: **Meu, Parceiro, Rapaz, Amigo(a)**.

²¹ Ensina Bechara (2009, p. 166): “*Você*, hoje usado familiarmente, é a redução da forma de reverência *Vossa Mercê*. Caindo o pronome *vós* em desuso, só usado nas orações e estilo solene, emprega-se *vocês* como o plural de *tu*.”

Essas expressões, ao contrário das formas de tratamento, são incontáveis. Observamos que a marca que distingue as formas de tratamento dos vocativos está na normatização. Enquanto as primeiras estão listadas pela norma gramatical, encerradas nessa lista, os vocativos estão abertos a constantes inovações, que variam de acordo com os costumes linguísticos, socioculturais, regionais e etários.

Entretanto, ambos são marcadores de polidez, como explica Meyer²²

O tratamento certamente constitui outro tipo de instrumento linguístico para a manifestação da polidez. Seja através do emprego dos pronomes pessoais, dos pronomes de tratamento ou mesmo das chamadas formas de tratamento, as escolhas feitas pelo falante ao dirigir-se ao seu interlocutor determinam o nível de formalidade, o grau de distanciamento e a estratégia de polidez estabelecidos na conversação.

A Professora Rosa Marina (1999) não faz distinção entre o que designamos como formas de tratamento e vocativos, em seu trabalho ela unifica as duas categorias em formas de tratamento. Porém, divide em grupos: pronome de tratamento, que inclui **você** e **o senhor**, formas de reverência (Vossa Senhoria...), expressões de tratamento apelativo (Doutor, Seu, Moço, Dona, Cara) e marcas zero. Explica a professora (1999, p.145) que

esse tipo de enunciado, livre de um contexto mais amplo, mascararia a relação entre os papéis sociais exercidos pelos interlocutores. A marca zero ‘parcial’, isto é, aquela frase na qual aparece uma forma verbal ou de um pronome possessivo, ambos da 3ª pessoa do singular, pode constituir, sobretudo na relação entre interlocutores que não se conhecem (bem).

Os aprendizes do português como Segunda língua, muitas vezes inseguros com relação à forma de tratamento adequada à situação de conversação em que se encontram, com frequência fazem uso deste tratamento *zero* para garantia de acerto.

Paralelamente à marca zero, outro recurso adotado com o objetivo de mascarar a relação e os papéis sociais é a substituição do modo imperativo, nos enunciados de ordem, pelo presente do indicativo na 3ª pessoa do singular. Desse modo, a força ilocutória do enunciado é disfarçada, servindo de estratégia de polidez para salvar as faces.

No contexto geral das formas de tratamento e dos vocativos abordados neste trabalho, ressaltamos que o *sistema tríplice de tratamento*, expressão cunhada pela professora Rosa Marina Meyer (2005, p.79), representa o problema maior enfrentado pelos estrangeiros em contato com a cultura brasileira. Essa

²² Meyer, 1999, p.141.

tríade tem como elementos as formas de tratamento *você, tu e o senhor/ a senhora*. A escolha pela fórmula adequada depende do contexto da situação de comunicação. Eis onde reside a grande dificuldade para o estrangeiro, por mais que ele conheça a cultura brasileira, sobretudo do Rio de Janeiro, já que a tríade acima caracteriza a identidade linguística do carioca/ fluminense.

Se colocarmos essa tríade numa condição de comparação com outras línguas, por exemplo, o inglês e o francês, encontramos o seguinte:

Português	Inglês	Francês
Tu	You	Tu
Você	You	Tu / Vous
O senhor/ A senhora	You	Vous
Senhor/ Senhora + prenome	Mr. / Mrs./ Ms. + sobrenome	M./ Mme./ Mlle. + sobrenome

Notamos a situação complexa que o aprendiz vivencia. Mas se refletirmos um pouco, notamos que nós, nativos, encontramos alguma dificuldade, cuja solução é muito subjetiva, depende não só do contexto da situação como também do grau de escolaridade do locutor e da condição sociocultural para interpretar o contexto. O sucesso ou o fracasso de um contato social depende muito de tão delicada escolha. Pensando sobre a mesma escolha nas duas culturas citadas em comparação, notamos a relação com a língua inglesa em uma condição de defasagem acentuada, visto que a única opção é o *you*, que ao ser utilizado em português deve passar por um processo de inferência relacionando o pronome com o sujeito social que representa o interlocutor, classificado segundo o contexto. A defasagem pode ser atenuada ensinando ao aprendiz de PL2E a usar, como referência na escolha em português, as formas em inglês – Mr., Mrs., Ms. –, assim, sempre que em inglês ele necessitá-las usar, então escolherá em português **o senhor/ a senhora**.

Constata-se que o conhecimento, a compreensão e, mais complexa ainda, a utilização de tantas sutilezas certamente serão de extrema dificuldade para o aprendiz do português do Brasil, que seja falante de inglês – língua em que o uso da forma única ‘you’ sempre se aplica, em qualquer circunstância. (MEYER, 2005, p.85)

Pensando na relação com a língua/cultura francesas, a situação mais complexa está no **você**, pois em algumas situações pode representar, paradoxalmente, proximidade com respeito, neste caso em francês a opção seria o *vous*; em outros momentos, proximidade com intimidade, em francês seria o *tu*.

Ressaltamos que, assim como acontece entre nós, também entre os franceses é preciso saber que o limite exato entre as duas situações é uma questão delicada.

Ainda com relação à língua/cultura francesas, a escolha de **o senhor/a senhora**, inevitavelmente cai no **vous**, pois as regras de polidez são semelhantes nas duas culturas, seguindo a mesma lógica: distanciamento social, hierarquia profissional ou diferença etária. O importante, como ensina o manual de boas maneiras²³ em francês, é encontrar o justo equilíbrio entre o uso do **vous** e do **tu** em reciprocidade de uso na relação locutor/interlocutor. Tecnicamente, Meyer ensina que a incoerência no uso é chamada de **flutuação**, e explica que *a flutuação no uso das formas de tratamento pode se apresentar completamente ilógica, inexplicável, incompreensível. Mas para um falante nativo ela é clara, evidente, e soa muito natural* (2005, p.86). Assim, a professora conclui refletindo sobre o ensino/ aprendizagem em PL2E:

“E como nós podemos fazê-los entender que todas as opções são válidas, dependendo apenas do contexto de uso?”

²³ Grand-Clément, Odile. **Savoir-vivre avec les Français : que faire? que dire?**. Paris, ed:Hachette, 1996.

3. Metodologia

A metodologia de organização adotada neste trabalho divide o conteúdo geral em sete capítulos, dos quais quatro compõem os elementos textuais: introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise de dados e conclusão. Excluindo a introdução e a conclusão, o desenvolvimento consta de uma abordagem teórica e uma prática. Neste segundo tópico, contextualizaremos a teoria com sua aplicação em material autêntico extraído do filme *Tropa de elite 2: o inimigo agora é outro*.

Assim, o *corpus* deste trabalho será constituído de extratos de diálogos do filme *Tropa de Elite 2*. Este filme é uma produção cinematográfica brasileira, 2010, de grande repercussão internacional, tendo sido vertido para o inglês, francês e italiano, estando disponível na rede web livre de direitos autorais. Também está disponível sua comercialização material à venda no mercado; em nosso caso, iremos utilizar o produto no formato *Blu-ray Disk*, produzido e distribuído pela empresa Vinny Filmes, à disposição na rede de comércio da cidade do Rio de Janeiro.

O personagem, cuja fala é o foco de nossa análise, é o Coronel Nascimento, considerando que ele circula por diversos núcleos sociais, categorizaremos esses núcleos em três: a casa, a rua e o trabalho, segundo o conceito de sociedade de DaMatta (2001).

Esse material, conteúdo do Anexo 1, será organizado em dois planos.

No primeiro plano, temos as cenas de participação direta do personagem em análise – Coronel Nascimento –, com extratos de fala de dois tipos: as que contêm as formas de tratamento e os vocativos, e as que são necessárias para contextualizar a situação em uso. As cenas são numeradas por sua aparição cronológica e nomeadas por seu tema. Esse material contém expressões em **negrito sublinhado**, que são exatamente as formas de tratamento e vocativos dos discursos em análise, e expressões em **negrito não sublinhado**, que compreendem verbos sem sujeito (cujos modos e/ou semântica ajudam a contextualizar) e expressões de tratamento e/ou vocativos de outros personagens, também com a finalidade de ajudar a contextualização. Nos momentos em que não há o uso das formas de tratamento e dos vocativos, mas que são importantes para a compreensão geral, foram sinalizados com o símbolo “☞”.

No segundo plano temos a composição de três quadros representando os grupos sociais classificados segundo DaMatta (casa, rua e trabalho). A partir dessa classificação, subdividiremos os grupos de acordo com os personagens/interlocutores pertinentes a cada grupo social, especificando, paralelamente, os registros de fala adotados para cada contexto. Dos registros de fala, citamos os elementos linguísticos que representam as formas de tratamento e/ou os vocativos. Ressaltamos que há personagens que migram de um grupo para outro, ou que transitam em mais de um grupo, esse é o caso do grupo “trabalho”, pois, segundo DaMatta, eles circulam entre a rua e a casa. Neste segundo plano, estão inseridas apenas as expressões linguísticas das formas de tratamento e dos vocativos. Esse material compõe o corpus que sustentará a nossa análise de Dados.

Dessa forma, a metodologia adotada é de base qualitativa com a análise conceitual do uso das formas de tratamento e dos vocativos colhidos nas cenas do filme supracitado.

4. Análise de Dados e sua Aplicabilidade no Ensino do PL2E

4.1 Contextualização do material de análise

O enredo do filme mostra a passagem pela Secretaria de Segurança do estado do Rio de Janeiro de um membro da Instituição da polícia do mesmo estado, oriundo de uma corporação elite da Instituição citada: o BOPE. No cargo que ocupa na Secretaria de Segurança, o personagem – Coronel Nascimento – tem contato com outros personagens que representam situações sociais diversas, tais como, no âmbito hierárquico superior, com o governador do estado e com o secretário de segurança do estado; no âmbito hierárquico inferior, com seus antigos colegas e com colaboradores atuais; fora da Instituição, porém relacionado a seu trabalho, ele dialoga ou faz referência a bandidos, como também se relaciona com o deputado Fraga. Paralelamente, há o relacionamento em família com o filho, a ex-mulher e o atual marido da mulher, o deputado Fraga que é seu opositor político. De fato, este pertence a dois campos: a casa e a rua, dessa forma, ele está no campo que DaMatta classifica como “trabalho”; situação próxima a de seu relacionamento com Mathias, seu velho amigo dos tempos do BOPE, mas que no momento atual do filme, está na condição de subordinado. Essas são situações que levam o Coronel Nascimento a usar três registros de língua, em situações formais e informais, assim como em situações peculiares, como veremos a seguir.

4.2 Análise de dados

Iniciando nossa análise pelo personagem, trata-se de um indivíduo cuja identidade cultural remete a um grupo social de cultura familiar – **casa** – e profissional – **rua** – que requer boa instrução e postura social, fugindo de um dos **estereótipos negativos** de policial na cultura brasileira, ex. *truculento*, ou confirmando os **estereótipos positivos**, ex. *boa praça*, ou seja, a personificação da imagem do **homem cordial**. Lembramos as palavras de Bennet (supracitada, p.21): *As características que são assumidamente compartilhadas pelos membros desses grupos e são respeitadas pelo observador são os estereótipos positivos. No sentido oposto, aquelas que são desprezadas são os estereótipos negativos.*

Esta situação tem reflexo direto sobre os usos linguísticos do personagem. É importante considerar que nosso campo de análise restringe-se às falas que contêm formas de tratamento e vocativos; dessa forma, as expressões com registro popular descuidado e calão, não estão inclusas em nossa análise. Em razão disso, verificamos que o comportamento linguístico do Coronel Nascimento, enquanto sujeito-família, sujeito-companheiro, sujeito-profissional, tem coerência no nível de língua, apesar das diferenças contextuais.

Em cada contexto existe um grupo social que pede um comportamento linguístico diferenciado, são os registros de língua. Visualizamos, neste momento, a divisão da sociedade apresentada por Da Matta, na qual ele classifica a sociedade em três espaços sociais básicos: a pequena sociedade, que é a família, a **casa** – *espaço profundamente totalizado numa forte moral*²⁴ –; a grande sociedade, que é o **rua**– *lugar de luta, de batalha, espaço cuja crueldade se dá no fato de contrariar frontalmente todas as nossas vontades*²⁵ –; e a sociedade intermediária, que é o **trabalho**, patamar onde circulam pessoas que pertencem à casa e à rua, com dificuldades de encontrar os limites para cada relação social – *aqui a relação vai do econômico ao moral, totalizando-se em muitas dimensões e atingindo diversas camadas sociais*²⁶. Estes são os diversos sujeitos que habitam em nós, e que afloram quando necessário para cumprir seu papel em determinada situação de comunicação.

Para facilitar a compreensão, temos o esquema abaixo, no qual notamos os vários Coronéis Nascimento, cada um desenvolve um registro de língua: Coronel Nascimento no campo social familiar, o Coronel Nascimento parceiro, e, por fim, o Coronel Nascimento no campo social profissional, em que as patentes militares determinam a hierarquia na corporação: na ordem de inferior para superior: cabo Bocão, capitão Matias, Major Rocha, Coronéis Nascimento e Fábio.

²⁴ DaMatta, 2001, p.24.

²⁵ Op. cit., p.29.

²⁶ Op. cit., p. 32.

Casa	Trabalho		Rua	
Monólogo/espectador	Autoridade		Fraga	
	Política	Policial	Informal	Formal
Família: Ex-mulher e filho	Colegas		Matias	
	Mesmo nível	Inferior	Informal	Formal

A hierarquia social, seja da pequena ou da grande sociedade, é um dos indicadores do registro de língua que deve ser utilizado em determinado contexto. Entendemos por **registro de língua** a adequação do uso da língua a cada situação de comunicação. Este uso compreende a escolha do léxico mais apropriado, da construção sintática mais apropriada e da pronúncia igualmente mais apropriada. É um conjunto que funciona como uma engrenagem. Uma das peças dessa engrenagem são os pronomes de tratamento e os vocativos, cuja escolha não representa apenas uma questão de léxico, essa escolha envolve todo o conjunto: a formação da frase e a pronúncia dos elementos linguísticos da frase, ou seja, a comunicação, adequando-se o registro pretendido em determinado contexto, com o objetivo de manter o nível de polidez ou de cordialidade necessários para uma boa comunicação interacional.

No campo **Casa**, encontramos o predomínio do nível de língua 3, classificação nossa, conforme anexo 1, p. 64:

1) Com o filho, vemos a hierarquia familiar, citada por DaMatta, na figura do pai provedor, o responsável que detém o *pater poder*; nesse sentido, o pai se dirige ao filho usando o nome como vocativo – Rafa – e o pronome *você*, explicado por Meyer (2005, p.84) como forma utilizada pelos pais, e outros membros mais velhos da família, professores etc – em repreensões, na comunicação com crianças. Nesse caso, expressa que o falante quer enfatizar a sua autoridade e deixar claro que a criança deve obedecer. No entanto, o relacionamento familiar, no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, vem há décadas mudando esse costume, pois a relação de autoridade e hierarquia dentro de casa é contemporizada com o relacionamento mais próximo da amizade, em razão das mudanças de valores e costumes desse grupo social. Consequentemente, neste contexto, a interação familiar passou, na maioria das famílias, a adotar o *você*.

2) Com a ex-mulher o tratamento também acontece com o pronome *você*, pois há aproximação entre os dois, tanto que pela entonação da voz, nota-se o carinho que o Coronel Nascimento sente por sua ex-mulher, cujos conselhos e pedidos são sempre ouvidos e atendidos. Há um componente que indica essa escolha, trata-se da faixa etária nivelada entre os dois, não há sinal de dependência, hierarquia ou qualquer outro fator que o leve a fazer escolha pronominal ou de vocativo diferentes.

3) O filme é uma narrativa, o personagem principal narra a história para seu espectador/ leitor. Nesse processo, ele desenvolve uma reflexão com monólogos que não sabemos ao certo se é dirigido a ele próprio ou a seu espectador/ leitor. Essas falas são compostas pelo pronome de tratamento *você* pelos vocativos que também pertencem ao nível de língua 3, porém um pouco mais familiar, são: *parceiro* e *meu*. Podemos compreender como construtores de Atos de Fala, tendo o objetivo de construir uma face de parceiro, com proximidade, atraindo, inclusive, o público. Mas, como explica Fiorin (2007, p.171), uma das condições de sucesso de um ato de fala performativo é *que as pessoas e as circunstâncias devem ser aquelas convenientes para a realização do enunciado em questão*.

No campo **Rua**, encontramos uma situação mais complexa, pois o personagem tanto se dirige a autoridades políticas e autoridades da corporação como a elementos de patente inferior ou do mesmo grau. Assim o nível de língua não é o mesmo, como vemos:

1) No primeiro grupo, as autoridades políticas – governador (Senhor Governador), secretário (Secretário, o senhor), deputado (senhores deputados, deputado) –, e no segundo grupo, as autoridades da corporação – Coronel Fábio (coronel) – todas as fórmulas, tanto em vocativo quanto em forma de tratamento, pertencem ao grupo 1, registro cuidado. Isto por que é de praxe, independente do relacionamento fora da situação de comunicação. Não se trata de uma questão de polidez, cuja lógica é a construção ou a conservação da face, não se trata também de questão de construção de atos de fala. Trata-se da reprodução de um discurso congelado, que Meyer (1999, p.143) classifica como **tratamento de valor apelativo**, *as diferentes expressões apelativas variam de um nível formal para um nível semi-formal*. Nos casos citados, representam o nível formal, ou seja, o registro cuidado. Entretanto, se observarmos a lista das formas de tratamento usadas socialmente no Brasil (supracitada, p.38), verificamos que a forma de

tratamento destinada aos indivíduos em questão: Governador, Secretário e Deputado, não condisseram com as utilizadas no filme, pois deveriam ter sido *Vossa Excelência*, mas houve a escolha de substituir tais formas pelo vocativo com o nome do cargo que ocupam, reproduzindo Meyer (op.cit.): “A estes pronomes de tratamento pertencem as formas de reverência que consistem em nos dirigirmos às pessoas pelos seus atributos ou qualidades que ocupam. Esse fato confirma, na prática, as palavras de Holanda (2015, p.177) quando ensina que *Nosso temperamento admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar*. Notemos a ressalva feita por Holanda – quase –, pois não se trata do caso em questão, mas justifica seu uso, inclusive com a observação de que os portugueses, *tão próximos de nós*, são muito apegados aos títulos e sinais de reverência.

2) Os colegas de trabalho, do mesmo nível têm uma abordagem que omite as formas de tratamento, usando o pronome *você* e o nome de família. Temos como o exemplo, na cena 12, o contato do Coronel Nascimento com o Delegado responsável pela apreensão da droga em poder do filho dele, neste caso, o personagem dirigiu-se ao delegado chamando por: “Barata”. Ora, é de conhecimento geral que no serviço público, civil e militar, os funcionários, sobretudo os homens, são tratados pelo nome de família (Barata), confirmando as afirmações de Meyer (2005, p.84) quando diz que *No Brasil, as pessoas sempre se chamam pelo primeiro nome, nunca se usando o sobrenome – salvo em casos em que o sobrenome como que substitui o primeiro nome*. Este é o caso do serviço público, civil e militar. Quando não se trata desse caso, Meyer observa que esse costume pode gerar ameaça à face. No nosso exemplo, o risco da ameaça à face poderia estar na falta de um apelativo — Doutor Barata —, porém a necessidade que o contexto impunha era de criar, ou manter, uma face de parceiro do delegado. O contexto desta cena mostra que o Coronel está, como pai, em posição de disputa de poder político e paternal com o padrasto de seu filho — Deputado Fraga —, que vem a ser seu oponente na formação da opinião pública com relação ao exercício de sua função na Secretaria de Segurança. Sendo próximo do delegado, tem acesso aos documentos relativos ao filho. Paralelamente, há outro aspecto para a questão: a hierarquia; notamos isso na resposta do delegado ao Coronel, usando o título de seu cargo como forma de tratamento: “Coronel,...”.

No caso das cenas com colegas de trabalho de patente inferior: Cabo Bocão (cena 17) e Valmir (cena 21) que é o auxiliar do Coronel e Coordenador da Subsecretaria de Inteligência, temos o nível 3, coloquial familiar. No caso do primeiro, o Cabo, o ato de fala ilocutório é marcado por dois verbos no imperativo, *mostra e pede*, quanto a isso, reproduzimos os ensinamentos de Recanati (supracitado, p.36): “O imperativo serve para enunciar um certo tipo de ato ilocutório, mas eu não posso ter esse ato cumprido se ninguém compreender qual é a minha intenção ao utilizar esse modo”. E reproduz as palavras de Austin: “Eu não posso dar uma ordem a alguém se ela não compreende minha intenção de lhe dar uma ordem”. Por essa explicação aliada à informação contextual, é evidente que o discurso ilocutório do Coronel Nascimento é um ato de sucesso, pois a autoridade do Coronel é reconhecida por seu interlocutor, o Cabo Bocão.

Quanto ao Valmir, também há a hierarquia, mas existe uma relação de dependência, visto que é o Valmir o encarregado de colher as provas para que o Coronel possa se articular. Logo, nesta relação de interdependência é preciso manter a própria face e a face do outro, por meio de recursos de polidez e de cordialidade. Dessa forma, o Coronel se dirige ao Valmir usando a segunda pessoa: *você*, e o pronome oblíquo também na segunda pessoa: *te*; em outro momento, ele usa o vocativo *parceiro* e o nome próprio *Valmir*. Todos esses recursos criam uma estratégica atmosfera de nivelamento social, por parte do Coronel; por outro lado, Valmir mantém o respeito hierárquico dirigindo-se a seu chefe usando o vocativo *Coronel*. Podemos classificar essa situação, pelo prisma de Meyer (op.cit.), como um caso de *flutuação do uso em conformidade com o contexto de interação*. Por sua explicação trata-se de *contextos marcados socialmente, psicológica ou emocionalmente*. Neste panorama a oscilação entre o uso do *você*, do *senhor*, tende a confundir até os interlocutores, que dirá os aprendizes de PL2E, e configura uma das armadilhas, para eles, na escolha das fórmulas de tratamento e dos vocativos no contato sócio-intercultural.

Por último, temos o campo do **Trabalho**, um campo **híbrido**, no qual encontramos os três níveis de língua: registro cuidado, registro coloquial corrente, registro coloquial familiar. Também encontramos dois personagens: Diogo Fraga e André Matias. Cada um representando dois papéis, respectivamente: o deputado Fraga e o Fraga padraço do filho e militante dos Direitos Humanos; o Capitão Matias e o Matias velho amigo de corporação.

Iniciando a análise pelas cenas com o Capitão Matias, verificamos que o personagem do Coronel quando está incorporado no papel de autoridade leva o Capitão Matias a usar um registro de língua mais apurado, precisamente o registro coloquial cuidado, embora seja tratado por *você*. Essa situação é retratada nas cenas 1 e 3, em que o registro de língua é o coloquial familiar, da parte do Coronel, é um momento de tensão, com o planejamento da retomada do presídio do domínio dos presos, mas o Coronel articula a ação com alguém de sua confiança, amigo e colega de corporação, esse sentimento é o que predomina, o que justifica o uso do pronome de tratamento *você* e do vocativo *André*, o nome de batismo do interlocutor. É possível compreender essa decisão do Coronel em estipular um contato menos formal, com a intenção de aproximar o subordinado e angariar a sua confiança para que obedeça a suas ordens. Essa compreensão tem respaldo nas palavras de DaMatta (2001, p.32) quando nos diz que a relação no campo Trabalho, em que há o domínio disfarçado do empregador, é um meio de *governar e controlar as reivindicações dos empregados, pois apela para a moralidade das relações pessoais que, em muitos casos, e sobretudo nas pequenas empresas e no comércio, tende a ofuscar a relação patrão-empregado*. O curioso é que a reação do empregado/ subordinado não corresponde; dessa forma, ele se dirige a seu superior usando a forma de tratamento com a patente de seu superior: Coronel. Em outra cena, 16, o Coronel trava um contato ainda mais afetuosos com o Capitão, ainda no registro de língua 3, quando após dar permissão – o que configura a situação de hierarquia – ele utiliza o vocativo com o nome de batismo do Capitão: André. Em oposição, encontramos na cena 7 uma opção linguística do Coronel, de nível 1, que evidencia sua postura em manter distância, impor respeito e obediência, comando e até mesmo uma dose de desprezo, “**Você** tá preso. Se tem alguém que pode defender o batalhão aqui, **o senhor** me desculpe, não é **você**”. Os usos colocados nesta cena (*você* e *o senhor*) podem ser visto como a representação de um **oximoro**, as duas formas de tratamento parecem ter sentidos opostos e se excluem mutuamente, mas há uma razão de ser: as duas formas evidenciam a hierarquia, sendo que quando o coronel usa o *você* ele o faz por ser superior e por poder tratar seu inferior por *você* – como explica DaMatta (p.32) *tende a ofuscar a relação patrão-empregado* –, e quando ele usa *o senhor* ele mostra a sua face de superior, pois *os pronomes pessoais e as formas de tratamento desempenham um papel fundamental na diferenciação dos*

níveis de proximidade ou distanciamento, maior ou menor hierarquia (Meyer, 2005, p.84).

Quanto às cenas com o Deputado Fraga, que em toda a passagem é tratado pelo sobrenome, contrariando o que nos ensina Meyer (2005), vemos na cena 1, momento do conflito no presídio, o diálogo do Coronel como representante dos Direitos Humanos, Fraga, no nível de língua 3, familiar, dirigindo-se a ele pelo vocativo Fraga. Paralelamente, ao fazer referência ao deputado, na 3ª pessoa, quando fala com o Mathias, serve-se do apelido de **Chê Guevara**, insinuando seu caráter humanitário. Essa referência na 3ª pessoa é analisada como recurso de construção de face, sustentada pelo conceito de Goffman (2012, p.13-14) em que, *a face é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados*. Também é definida como *o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular*.

Em outra cena, na qual ele disputa a posição moral de pai com o Fraga, a referência na 3ª pessoa que ele faz ao deputado, mostra seu desprezo com o uso do pronome “ele”, acrescido da situação performativa que reproduzimos: “Eu disse para **você** calar a **sua** boca. O verbo **dizer**, embora não seja performativo, exerce essa função, pois, aqui, funciona como **mandar**, tendo sido atendido pelo Deputado Fraga, o que configura uma das condições de sucesso de um performativo, como nos explica Fiorin (2007, p.171): “A enunciação deve ser realizada integralmente pelos participantes; quando um performativo exige outro para ser realizado, é necessário que os dois sejam realizados para que haja sucesso”.

Paradoxalmente, mas como sabemos a política é paradoxal, em uma cena no final do filme, cena 16, na tribuna da Câmara dos Deputados do estado do Rio de Janeiro, o Coronel faz seu discurso, dirigindo-se ao deputado e aos deputados usando o registro de língua cuidado – 3. Neste momento, de acordo com o contexto da situação de comunicação, o Coronel utiliza o vocativo Deputado Fraga, Senhores Deputados. Poderia também, o contexto o permite, usar a forma de tratamento Vossa Excelência, como consta em nosso trabalho (p. 39).

Com relação ao ensino/ aprendizagem de PL2E, os vocativos e as formas de tratamento aqui expostos, da mesma forma que para os nativos, devem ser contextualizados para que se possa fazer a escolha adequada. A professora Meyer,

em seu artigo sobre o ensino do português carioca para estrangeiros (2005), aborda a questão do *marca zero* que significa uma forma de tratamento sem uma expressão de tratamento. E exemplifica: “Já fez a sua inscrição?”, “Não ultrapassar a faixa amarela”. Essas construções frasais de registro coloquial familiar, sobretudo na comunicação oral, vêm se expandindo por outros gêneros de comunicação, tais como os correios eletrônicos e mensagens telefônicas, o que levam os aprendizes estrangeiros a ficarem perturbados quanto ao real sentido, a explicação está no fato de que *de maneira geral, esse tipo de enunciado, livre de um contexto mais amplo, mascararia a relação entre os papéis sociais exercidos pelos interlocutores* (Meyer, 1999, p.145). A marca zero é um recurso utilizado pelo aprendiz de PL2E na intenção de não cair nas armadilhas provocadas pelas escolhas das formas de tratamento e dos vocativos na interação social; dessa forma, o aluno de PL2E procura salvar sua face mantendo um bom nível de polidez, como nos explica Meyer (op. cit.): “Os aprendizes do português como segunda língua, muitas vezes inseguros com relação à forma de tratamento adequada à situação de conversação em que se encontram, com frequência fazem uso deste tratamento *zero*, garantia de acerto”. É importante lembrar que esse recurso não é exclusivo dos estrangeiros, os brasileiros nativos recorrem às mesmas construções enunciativas quando se veem em dificuldade de encontrar a forma adequada, para não correr o risco de cair nas malhas da falta de polidez e quebra da face; sobretudo quando lembramos que esses elementos linguísticos também têm a função de Atos de Fala; portanto, devem ser bem articulados para que funcionem como Atos de Fala preferidos, caso contrário, a interação social pode não ter sucesso.

As dificuldades provocadas pela escolha da forma de tratamento adequada no relacionamento também estão presentes no contexto de interação professor/aluno nas universidades brasileiras. Trata-se de uma interação em que o nível de formalidade e informalidade varia consideravelmente de cultura para cultura. Da mesma forma, o aluno estrangeiro, em sua convivência na residência em casa de família em que habita durante o período de seu estágio no Brasil, no contato com a família, deve saber contextualizar a cultura daquela família, como vimos (supracitado, p.18) nos ensinamentos de DaMatta sobre a Casa. O aprendizado da(s) cultura(s) permeia todo o aprendizado linguístico e social dos alunos

estrangeiros. Eis por que saber distinguir e identificar os diversos contextos é primordial para o sucesso das relações sociais interculturais.

Cabe a nós professores de PL2E, partindo do princípio de que as questões interculturais são centrais na aquisição de uma segunda língua, entender que o nosso aluno já chega a nós com uma visão de brasilidade construída a partir de estereótipos, e utilizar este fato a favor dele mesmo, ajudando-o a desconstruir essa visão falsa para que ele possa, enfim, construir generalizações mais próximas da realidade e, portanto, mais favoráveis à necessária construção de sua identidade como falante de português. (Meyer, 2013)

5. Conclusão

Ao longo da existência da humanidade o homem sempre se multiplicou em dissociações grupais e em reencontros de grupos – A separação e a união consistem num único movimento circular. Nesta dinâmica, outros grupos surgem, multiplicam-se, dissociam-se, reencontram-se. É um processo infinito. O importante é aquilo que surge de cada contato: a interação, como explica a etimologia da palavra: inter + ação. Essa é a grande riqueza da vida em sociedade.

Ocorre que não é um processo fácil, visto que as diferenças tanto são empecilhos quanto atrativos. O segredo do sucesso do interacionismo cultural depende de vários fatores que são estudados por cientistas em busca de mapear e de elucidar as questões sociais e suas dificuldades.

Neste contexto, encontramos o estudo da sociedade em campos, nos quais a escala de valores é determinante; também encontramos a teoria sobre a face, pela qual Goffman traz à discussão o papel do discurso linguístico na construção, proteção ou quebra da imagem do sujeito social. Neste rastro, deparamo-nos com os estudos sobre os estereótipos sociais, que podem impedir, dificultar ou facilitar o contato intercultural na cena em que se encontram o Outro e o Eu, que nada mais é do que o jogo do convívio com a alteridade. Convívio este que pode ser dificultado pelo sentimento de etnocentrismo, de um lado e/ ou de outro.

O convívio na diferença é mesurado pelos valores que reinam em cada cultura, cujo pilar é a lógica. O panorama dos valores indica os atos de cordialidade e de polidez que facilitam a convivência nos diversos grupos sociais. São valores que nem sempre são percebidos pelos estrangeiros, pois podem ser explícitos ou implícitos, objetivos ou subjetivos, em sociedades de alto ou baixo contexto. A terminologia depende da linha científica.

Retornando ao discurso linguístico, e coroando tudo o que já foi estudado, contamos com a teoria dos Atos de Fala, inserida no discurso pragmático. Dessa forma, atendendo as necessidades de atos locutório, ilocutório ou perlocutório, a estrutura linguística constrói as ideias. Como elementos dessa construção também estão as formas de tratamento e os vocativos, articulando o discurso para que ele tenha condições de sucesso.

No início do nosso trabalho tínhamos como objetivo o estudo das formas de tratamento e dos vocativos usados na comunicação interacional escrita e oral, entre os falantes nativos da língua portuguesa brasileira carioca/ fluminense, no corpus apresentado. Procurando, dessa forma, explicar a subjetividade implícita e explícita presente no comportamento face a face dos grupos sociais, à luz da teoria da Sociolinguística Interacional, considerando o contexto da situação de comunicação. Da mesma forma, tínhamos por objetivo específico apontar a aplicação deste estudo no ensino/ aprendizagem de PL2E, com a finalidade de desenvolver no aluno estrangeiro a habilidade de interagir culturalmente por um processo de contextualização.

Ao final, após a análise de dados em que a luz teórica é lançada sobre um caso autêntico, em nosso trabalho foi abordada a escolha das formas de tratamento e dos vocativos, confirmamos que avaliar o uso adequado ou inadequado de uma língua, se não houver o conhecimento do contexto da situação de comunicação, torna-se inviável. Na falta do conhecimento contextual por parte do aprendiz de PL2E, ele deve ser introduzido nas nuances do contexto; pois, estando descontextualizado o aluno não alcança a possibilidade de inferir, interagir, conseguir o que pretende com seu discurso.

Enfim, concluímos que todo o sucesso da interação social sob a perspectiva do interculturalismo depende das pistas situacionais, *tudo é possível, só depende do contexto.*

6. Bibliografia

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37.ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico, Rio de Janeiro, ed: Nova Fronteira, 2009.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2013.

BENTO, A. **Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas**. Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), nº 65, ano VII (pp. 42-44). ISSN: 1647-8975. 2012. Consulta eletrônica realizada em 14 set. 2015. Disponível na internet em: <http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Revisaodaliteratura.pdf>.

BOURDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques**. Paris, ed : Fayard, 1982.

CAPELLA, D. C. **Um estudo descritivo do vocativo em linguagem oral para Português L2**. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2009. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=14187@1.

COSTA, I. B. **Linguística III**. Curitiba, ed: IESDE, 2012.

DAMATTA, Roberto Augusto. **O que faz o brasil, Brasil?** 12ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DAVIS, Flora. **A comunicação não verbal**. São Paulo: Summus, 1979.

FIORIN, José Luiz. A Linguagem em Uso. In: **Introdução à Linguística I: Objetos teóricos**. FIORIN, José Luiz (Org.). 5ª ed., 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2007.

Grand-Clément, Odile. **Savoir-vivre avec les Français : que faire? que dire?**. Paris, ed:Hachette, 1996.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 20 ed., Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. 2.ed., Petrópolis: Vozes, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. São Paulo, ed: Scipione, 2001.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da Conversação, princípios e métodos**. Tradução de Carlos Piovezani Filho. São Paulo, ed: Parábola, 2006.

KOCH. Ingedore G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 11. ed., 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 6. ed., São Paulo, ex. Cortez, 2009.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e Escrever: estratégias de produção textual**. 2. Ed., 2. reimpr., São Paulo, ed: Contexto, 2014.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 26ª reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Análise da Conversação**, 5.ed. São Paulo, ed: Ática, 2005.

MEYER, Rosa Marina de Brito. Moço, me vê o cardápio: as formas de tratamento e o modo subjuntivo no ensino do português carioca para estrangeiros. IN: Gärtner. E. et al. **Estudos sobre o ensino da língua portuguesa**. Frankfurt AM Main: TFM. p.141-151, 1999.

_____. “*Should I call you a senhora, você ou tu?*” Dificuldades interacionais de falantes de inglês aprendizes do português do Brasil. IN: ____ (Org.) **Revista PaLavra**, nº 13, Rio de Janeiro: Galo Branco, 2004, p. 79-87. Disponível na internet em: <http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/publicacoes/palavra13.html>.

_____. Para o bem ou para o mal: a construção de identidade pelo falante de PL2E a partir de estereótipos de brasilidade – uma questão intercultural. IN: MEYER, R. M. de B.; ALBUQUERQUE, A. (Org.). **Português para Estrangeiros: questões interculturais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.

_____. **Português para Estrangeiros: Questões Interculturais (Org.)**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.

_____. Cultura brasileira e língua portuguesa: do estereótipo à realidade. IN: CUNHA, M. J. C. e SANTOS, P (Orgs). **Tópicos em português língua estrangeira**. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

_____; REBELO, Ida Maria da Mota. **Português para estrangeiros: Territórios e fronteiras. Entre a área de estudos e pesquisa e a prática profissional cotidiana**. Consulta eletrônica disponível em: <http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/publicacoes/ccci/fichatecnica.html>.

MOUNIN, Georges (Dir.). **Dictionnaire de la linguistique**. Paris, ed : PUF, 1974.

OLIVEIRA, M. do C. L. Polidez e interação. IN: CALDAS-COULTHARD, C. R. & SCLiar-CABRAL, L. **Desvendando Discursos. Conceitos básicos**. Florianópolis, ed: UFSC, 2008.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Elias. **As grande teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin et al.. São Carlos: Claraluz, 2006.

RECANATI, François. **Les Énoncés Performatifs**. Paris, ed : Les Éditions de Minuit, 1981.

RIBEIRO, A. A. Ensinar aprendendo e aprender ensinando: a formação docente como eixo norteador da área de Português Língua Não Materna (PLNM) na UERJ. IN: MEYER, Rosa M. B.; ALBUQUERQUE, Adriana (Org.). **Português: uma língua internacional**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Du Contrat Social**. Revista e atualizada, Paris: Flammarion, 2012.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe**. Tradução de Dom Marcos Barbosa. 19. ed., Rio de Janeiro, ed: Agir, 1977.

SANTOS, Jane D. dos. **Os pronomes/ formas de tratamento no português e a cultura brasileira: aquisição de segunda língua e aquisição de segunda cultura**. Tese de Doutorado. Orientação de MEYER, R. M. de B. PUC-Rio, Rio de Janeiro: 2008. Disponível na internet em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12215/12215_1.PDF.

SILVA, V. F. da. **O senhor/a senhora ou você? : a complexidade do sistema de tratamento no português do Brasil**. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2010 Disponível na internet em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16147/16147_1.PDF.

SOUZA, A. R. de. **Os pronomes e formas de tratamento no português carioca como L1 e L2**. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 1996. Disponível na internet em www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca_s/php/login_tese.php.

Tropa de Elite 2. São Paulo: Vinny filmes, 2011. 1 DVD, 5.1 DTS HD, 5.1 Dolby Digital.

Consulta eletrônica realizada em 12 de Nov. 2015. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno12-07.html>.

7.

Anexo 1: Corpus

Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro

Cena 0: Narração: Contextualização: Reflexão

Sabe o que eles faziam lá dentro? O mesmo que faziam aqui fora.

O Fraga vivia me chamando de fascista, mas na minha frente, ele fingia que me respeitava.

É de caras como o Fraga que bandido precisa quando faz merda. E a merda que o Beirada fez mudou minha vida

E missão dada, parceiro, é missão cumprida.

Cena 1: Bangu 1:

André, deixa a patrulha em posição, mas não faz nada enquanto eu não mandar.

Mostra pra mim a patrulha. deixa entrar.

André, confirma cela 12 na mão daquele vagabundo.

Comandante, a gente está tendo uma oportunidade boa aqui.

O governador sabe a oportunidade que a gente está tendo aqui, Comandante, a gente vai deixar esse cara entrar?

Não, Fraga.

A carnificina já começou, Fraga.

Fraga, bota o colete, Fraga.

André, Che Guevara entrou aí sem colete.

Ele está exatamente na sua frente, André.

André, ele está com a pistola na mão.

Ele tá indo bem.

Vai desamarrar um, André.

André, ele tá no comando da situação, saiu um,

André, pera aí, André, pera aí Andréeee.

Cena 2: Reflexão após Bangu 1:

☞ Contextualização: Eu fiz tudo para salvar o Fraga e ele me esculachou. Eu nunca me meti na vida da Rosane, mas casar com ele...

O problema, parceiro, é que um tiro de 62 (meia dois) faz um buraco profundo.

Cena 3: No Batalhão com Mathias

Eu acho melhor você nem passar, você leu o jornal hoje?

Você ouviu? Você ouviu minha conversa agora?

Por que é que eu não consigo falar com o Formoso?

(Mathias) Coronel, a culpa foi minha.

Você quer ... com o batalhão, agora?

Cena 4: Em casa: Reflexão

Só que para o povo, parceiro, bandido bom é bandido morto.

Cena 5: Assumindo a Secretaria (Subsecretário de inteligência – responsável por todos os grampos do RJ): Reflexão:

Foi assim que o Fraga me derrubou do comando do Bope, só que eu não caí pra baixo, parceiro, eu caí pra cima.

Se o leitor (dos jornais) tava dizendo que eu era herói, não era o governador que ia dizer o contrário.

Cena 6: Com o Secretário

Secretário, gostaria que o **senhor** intercedesse, junto ao governador com relação ao Matias, para que o Mathias não entrasse naquele batalhão.

O comando do Bangu foi meu, **Secretário**, gostaria que o senhor...

De forma que eu gostaria que **o senhor** tomasse isso como um pedido pessoal meu.

Cena 7: Na prisão com o Mathias

Como é que eu vou tirar **você** daqui agora?

..., **coronel** (Mathias)

Baixe o tom para falar comigo, **não venha você** me falar em defender o batalhão.

Você tá preso. Se tem alguém aqui, que pode defender o batalhão aqui, **o senhor** me desculpe, não é **você**.

Coronel, **coronel**, se...

Cena 8: Com filho Rafa

Eu não quero **você** parado na frente dele,

Eu quero **você** rodando, rodando.

Eu não gostei dessa sua mãozinha solta. **Você** me encheu o saco o mês inteiro pra vir lutar. Agora é pra ganhar, tá aqui pra ganhar.

Cena 9: com a ex-mulher

O cara fala pro meu filho que eu sou assassino e...

É isso o que **você** acha? É esse o conceito que **você** tem de mim, agora?

Cena 10: Reflexão

Era pra eu ficar deprimido, **Parceiro**.

Eu meti minha cara no trabalho, **Meu**.

Cena 11: Reflexão

Quando o arrego (do tráfico) é magro, **Meu**, o amor acaba.

Terceiros: Perdão, **Presidente** (na Assembléia, *Fortunato com Fraga* discutindo na frente do presidente da Câmara)

É **parceiro**, nada é tão ruim que não possa piorar, depois que o Fraga se tornou deputado federal, eu não conseguia nem olhar na cara dele.

Cena 12: na delegacia com o filho preso

Barata, como vai? (Ô, **Coronel** [fala do delegado]) Tudo bem?

Eu posso ver o depoimento?

É meu filho, não é?

Fala para ele não falar comigo. **Diz** pra ele não falar comigo.

100gr., **Barata**? Tava comprando pro gabinete inteiro?

Barata, olha só, 100gr., na nossa época, era tráfico de drogas, não era?

Eu já disse para **você** não falar comigo. Eu disse para **você** calar a sua boca.

Cena 13: na comunidade (Terceiros – Comunidade)

(Registrar a presença de nosso **ilustríssimo Governador** do RJ, do Secretário de Segurança Público do RJ Guaracy e do nosso eterno padrinho deputado X)

Cena 14: reflexão

Lembra o que eu **te** disse, ...

Faltou dizer uma coisa pra **você**, o voto...

Cena 15: Na Secretaria, com o chefe da espionagem.

Terceiro: Licença, **coronel**,

Fecha a porta, Governador quer tomar o bairro do Tanque, eles acham que as armas roubadas estão lá.

Você tem o material de lá? Então **trás** tudo aqui, a gente tem pouco tempo.

Vai lá, **Parceiro**.

Cena 16: Reunião

Secretário, nossa opinião continua a mesma, não há razão que justifique a invasão.

Secretário, o **senhor** me desculpe, com todo o respeito, mas nós temos 300 horas de gravação telefônica aqui. São 300 horas de informação contra um informante que só o Coronel Fábio conhece.

Coronel, nós podemos saber o nome desse informante?

Essa operação está errada, **Formoso**...

(**Coronel** para o Capitão): Posso falar com **você** um minuto?

(Capitão para o Coronel): O que é que **você** quer?

Quero saber como foi que **você** voltou pro Bope.

Permissão concedida, **André** (Matias)

Cena 17: Na secretaria

Mostra as armas, **Bocão (cabo)**.

Pede pra ele mostrar as armas.

Cena 18: reflexão

Só teve um problema, o Rocha foi chamar justo o Matias. Quem treinou o Matias fui eu, **Parceiro**. Ele não ia largar o osso até encontrar as armas.

Cena 19: No enterro do Capitão Matias

Vai mandar investigar a morte dele, **Secretário**?

Tá esperando o resultado da balística, **Coronel**.

Resultado da balística é o seguinte, **Secretário**: **André** morreu com um tiro nas costas, longe da patrulha dele e as armas não estavam lá.

(**Nascimento**), eu entendo **sua** dor, esse é um momento de emoção...

Matias não era qualquer um.

Eu vou investigar a morte dele. Eu vou descobrir o que aconteceu com o André,

Fábio (coronel). Se **você** sabe alguma coisa, é melhor **você** me dizer agora.

(**Nascimento**), André também era muito meu amigo, e eu acredito nos meus homens.

Cena 20: Treinando judô com o filho

[...] **Vem**

Você achou que eu acreditei que aquela maconha era sua? Essa Júlia deve ser ... (filho: Eu não tenho medo de **você**).

Não quero que **você** tenha medo de mim, só quero **que você saiba** que seu pai sou eu.

Sabe? Sabe mesmo?

Então, vou deixar **você** pegar meu braço.

Cena 21: Ainda no judô:

Fala, Valmir.

Quem **te** falou isso? (para o filho)

Quando foi isso, **Valmir**? **Tá** no sistema já?

Cena 22: Na secretaria com o assistente:

Eu quero um grampo fixo agora, hoje. Sei lá se vai botar na bucha do inquérito.

Eu quero juntar tudo o que o **Fábio** conversar com aquela jornalista.

Cena 23: Reflexão:

⊗ A milícia não ia fazer campanha para o governador de graça.

[...] o Fraga é a bola da vez.

Cena 24: Na blitz do Secretário de Segurança:

Se acontecer alguma coisa com o meu filho, o primeiro a morrer vai ser **você**, **seu filho da puta** (o Secretário de Segurança).

Cena 25: Reflexão:

[...] Só que o sistema não tem planejamento central nem diretoria, **Parceiro**, o sistema é um mecanismo impessoal...

Cena 26: Depoimento do Coronel Nascimento no Plenário

Se me permite, **Deputado**, eu gostaria de dizer umas palavras...

Mas o que eu posso afirmar com certeza, **Senhores Deputados**, é que o policial não puxa esse gatilho sozinho.

Deputado Fraga, metade dos seus colegas desta casa deveriam estar na cadeia. Metade é pouco, **Deputado**, porque tem uns 6 ou 7 de ficha limpa.

Deputado Fortunato, o senhor é chefe de uma das maiores organizações criminosas desta cidade.

O senhor age em parceria com o ex-secretário de segurança do Rio, Sr. Guaracy Novaes.

Eu posso afirmar aqui, **Deputado**, que o governador do estado do RJ está diretamente ligado ...

Deputado Fortunato, **o senhor** é o mandante de mais de 20 assassinatos na zona oeste da cidade.

Cena 27: Reflexão:

Agora, **me responde** uma coisa, quem **você** acha que sustenta a polícia?

Cena 28: No hospital:

Rafa...

Registros de Língua de acordo com as Variedades Situacionais:

Registro Cuidado	Registro Coloquial Corrente	Registro Coloquial Familiar
1	2	3

CASA:

(Família)

R.L.	Personagens			
	Monólogo: reflexão ou com espectador	Filho Rafa		Ex-mulher Rosane
3	Cena 0: “Sabe”, “Parceiro”	3	Cena 8: “Você”	3 Cena 9: “Você”
3	Cena 2: “Parceiro”	3	Cena 20: “você”	
3	Cena 4: “Parceiro”	3	Cena 28: “Rafa”	
3	Cena 5: “Parceiro”			
3	Cena 10: “Parceiro”, “Meu”			
3	Cena 11: “Meu”			
3	Cena 14: “você”			
3	Cena 18: “Parceiro”			
3	Cena 25: “Parceiro”			
3	Cena 27: “Você”			

RUA:

(Estado, Lei, Autoridade)

R.L.	Personagens					
	Autoridades			Colegas de trabalho		
	Do Legislativo e Executivo		Da Polícia		Inferiores	Não Inferiores
1	Cena 6: “Secretário” “O Senhor”	1	Cena 1: “Comandante” “o Governador”	3	Cena 15: com Valmir “Você” “Parceiro”	2 Cena 12: “Barata” (vs Coronel)
1	Cena 16: “Secretário” “o senhor”	2	Cena 16: “Formoso”	3	Cena 17: “Bocão” (cabo)	
1	Cena 19: “Secretário” “Coronel” (vs Nascimento)	2	Cena 19: “Fábio”, “você” (coronel)	3	Cena 21: “Valmir”, “te”	
2	Cena 24: “você” (com o secretário)					
1	Cena 26: “Senhores Deputados”					
1	Cena 26: “Deputado Fortunato”, “o Senhor”					

TRABALHO:

(espaço intermediário = relações econômicas + laços pessoais)

R.L.	Personagens			
	Diogo Fraga Deputado / Marido da ex-mulher		André Mathias Capitão / Amigo	
3	Cena 0: “o Fraga”		3	Cena 1: “André”
3	Cena 12: “você”		3	Cena 3: “Você” (vs Coronel)
1	Cena 26: “Deputado”		3	Cena 7: “Você” (vs Coronel)
1	Cena 26: “Deputado Fraga”, “Deputado”		2	Cena 16: “Você”, “André” (vs Coronel)